

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

31/5/2017
Dr. PAULO BARBOSA

Presidente

Prof. Doutor JOSÉ BARROS

Diretor Clínico

Dr.ª ÉLIA GOMES

Vogal Executiva

Dr. RUI PEDROSO

Vogal Executivo

Enf.º EDUARDO ALVES

Enfermeiro Diretor



PLANO DE ATIVIDADES & ORÇAMENTO 2017

Centro Hospitalar do Porto, EPE

centro hospitalar
do Porto

Maio 2017

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

CENTRO HOSPITALAR DO PORTO

SUMÁRIO

1. NOTA INTRODUTÓRIA	2
2. ENQUADRAMENTO DO CENTRO HOSPITALAR NA REGIÃO	4
3. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	15
Análise do ambiente interno e externo (SWOT).....	16
4. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO EM 2016.....	18
5. ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS	23
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS.....	36
6.1. PLANO DE INVESTIMENTOS/FINANCIAMENTOS	37
6.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL	40
6.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL	47
7. PRINCÍPIOS GERAIS DE ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO.....	48
8. PARECER DO ROC SOBRE OS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO OE2017	52



1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Centro Hospitalar do Porto, constituído pela fusão, em Outubro de 2007, do Hospital Geral de Santo António, Maternidade Júlio Dinis e Hospital Especializado de Crianças Maria Pia. Em 2011, viveu mais uma integração, o Hospital Joaquim Urbano, e em 2013, o Centro de Genética Médica Dr. Jacinto Magalhães. Tais factos, têm influenciado a adoção de uma trajetória contínua no caminho da sustentabilidade, dado que a absorção de custos de outras entidades nem sempre se refletiu de forma ajustada na política de financiamento - não só porque os sucessivos contratos programa não refletiram adequadamente a casuística das unidades integradas, com impacto nos défices operacionais dos últimos anos, mas também porque o CHP continua sem receber parte do reforço do capital estatutário pela sua constituição através do Decreto-Lei 362/2007 de 28 de Setembro. Acresce que as duas últimas integrações, vieram agudizar a situação económico-financeira do CHP, na medida em que à data da integração o HJU estava em estado de falência técnica sem que tenha havido por parte da tutela qualquer reforço de capital estatutário no sentido de sanear tal desequilíbrio.

Em 2014, e pela primeira vez desde a constituição do CHP, tivemos um EBITDA e resultado líquido positivo. Nesse ano, entrou em funcionamento o novo edifício do Centro Materno-Infantil do Norte, inaugurado a 6 de Maio com a presença do Sr. Primeiro-Ministro, representando já uma mais-valia em termos de crescimento da produção cujo reflexo será mais evidente em 2015. A conclusão das fases II e III (parque de estacionamento e requalificação do antigo edifício da MJD) ocorreu em inícios de 2016, com a inauguração a Maio de 2016.

Também em 2016, após o término das obras do 6º piso do HSA e da área da consulta, foi transferida a atividade do HJU aproveitando todas as sinergias da proximidade e articulação com os demais serviços do HSA.



Em setembro 2016 o Centro de Genética Médica transferiu a atividade de consulta para o CMIN, ficando apenas no CGM a área laboratorial até que possa ser transferida para perto da restante área laboratorial do CHP.

A assunção da Administração do Centro Hospitalar do Porto numa época de grande contenção financeira é um ato de risco calculado. As potencialidades resultantes da união de quatro hospitais com experiências, culturas e vivências diferentes são esperança para a criação de uma nova realidade mais harmónica pela prática de assistência em maior número de especialidades com uma vivência clínica enriquecedora pela diferenciação a que se deve juntar hábitos de consumo e racionalização da despesa mais adequados. A junção destes quatro hospitais antigos, com grandes problemas estruturais, um défice crónico acumulado, põe desafios acrescidas na gestão do curto prazo e imporá soluções inovadoras e de concentração sob pena de conduzir a uma situação incontrolável de responsabilidades a terceiros.

Este Plano de Atividades conta com a participação ativa de todos os profissionais do CHP, através de um comprometimento claro com as políticas e ações que serão levadas a cabo.

2. ENQUADRAMENTO DO CENTRO HOSPITALAR NA REGIÃO

O reordenamento da Rede Hospitalar na Área Metropolitana do Porto realizado em 2009 visou, entre outros objetivos, a obtenção de ganhos de acessibilidade geográfica dos utentes às Unidades Hospitalares (Internamento, Consulta e Urgência). O CHP integra-se na categoria das unidades muito diferenciadas da NUT III- Grande Por- to, servindo de referência não só a outros Hospitais da unidade territorial, mas também aos de outras unidades territoriais da área metropolitana do Porto, bem como de outras unidades territoriais da região norte.

Mais recentemente, o Despacho nº 5911-B/2016 de 3 Maio veio instituir o Livre Acesso e Circulação (LAC), permitindo ao utente, em conjunto com o médico de família responsável pela referênciação, optar por qual- quer uma das unidades hospitalares do SNS onde exista a consulta de especialidade de que necessita. Tal referênciação é efetuada de acordo com o interesse do utente, segundo critérios de proximidade geográfica e considerando os tempos médios de resposta, acessíveis através do Portal do SNS. Não obstante, e segundo o mesmo Despacho, as Redes de Referênciação Hospitalar (RRH), entendidas como sistemas através dos quais se pretende regular as relações de complementaridade e de apoio técnico entre todas as instituições hospitalares, persistem em particular nas áreas que vierem a ser definidas pela Tutela. Concomitantemente, a Portaria n.º 147/2016 de 19 Maio vem reforçar a referênciação de doentes entre instituições hospitalares do SNS, conforme a diferenciação técnica dos cuidados de saúde a realizar no âmbito de cada especialidade, através das regras estabelecidas para cada RRH.

Assim, e apesar do Livre Acesso e Circulação dos utentes para primeira consulta de especialidade hospitalar, elencam-se de seguida as áreas de influência e de referência do CHP.

A área de Influência do CHP é constituída por todas as freguesias da cidade, com exceção de Bonfim, Paranhos e Campanhã, e pelo concelho de Gondomar. O CHP é ainda referência para a população dos distritos de Bragança e Vila Real, dos concelhos de Amarante, Baião e

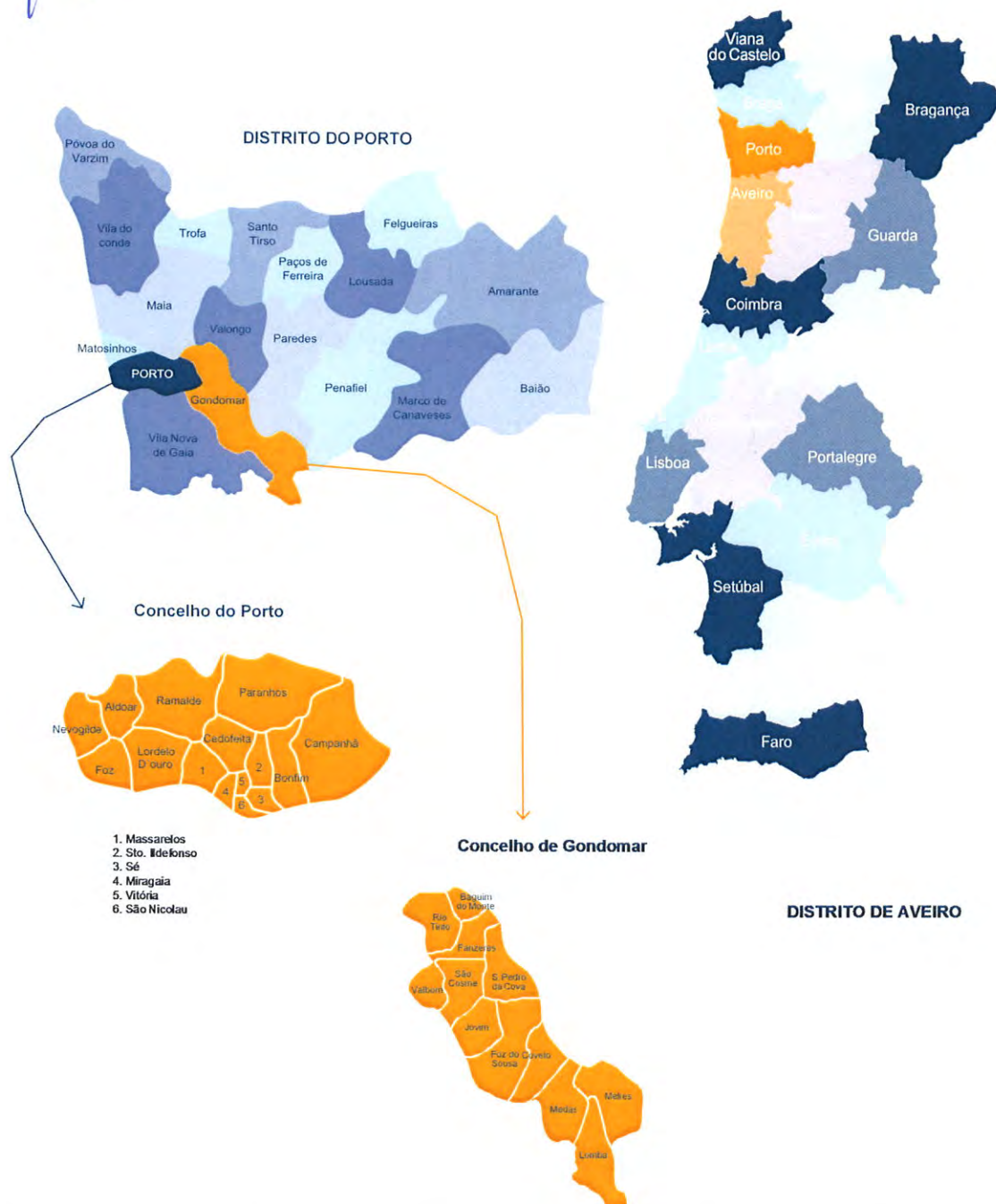
Marco de Canaveses, do distrito do Porto e dos concelhos situados a sul do Douro pertencentes à parte norte dos distritos de Aveiro e Viseu.

A criação da Urgência Pediátrica Integrada do Porto (UPIP), sediada nas instalações do Centro Hospitalar S. João, resultou em áreas de referência pediátricas do CHP diferentes conforme se trate da área cirúrgica ou da área médica. Assim, no que respeita à área cirúrgica, a referência é toda a zona Norte de Portugal, desde que o doente seja atendido pela equipa de urgência do CHP. No caso da pediatria médica, todos os doentes dos ACES de Porto Ocidental e ACES Gondomar referenciam diretamente para o CHP, independentemente da equipa de urgência que os atenda.

A Ginecologia/Obstetrícia tem como área de influência o grande Porto, com exceção das freguesias de Bonfim, Paranhos e Campanhã, e o concelho de Gondomar. A sua área de referência é mais alargada, recebendo doentes dos concelhos limítrofes do Porto e de toda a zona Norte em geral.

A Infeciologia e Pneumologia é área de referência para as freguesias da cidade do Porto, com exceção de Al- doar, Foz do Douro, Lordelo do Ouro, Nevogilde, Paranhos e Ramalde. Por outro lado, é referência para os distritos de Bragança e Vila Real e para os concelhos da parte norte do distrito de Aveiro.

O Centro de Genética Médica Dr. Jacinto Magalhães tem como referência todos os ACES da Região Norte, excetuando os da área de influência do Hospital de Braga (distritos de Braga e de Viana do Castelo), sendo que no caso dos ACES da área de referência do Centro Hospitalar S. João referenciam para o CGM em 2ª linha. Em particular na área laboratorial, o Centro de Genética Médica é referência para todo o país e estrangeiro (em menor escala).



A população coberta pelas unidades do CHP encontra-se no quadro seguinte.

	HSA	Área Endêmica ³	CMMS Área Semi-Urb. ¹	HJU	CGM	CHP
antiga freguesia de Aldoar	10.550	2.293	5.941		12.843	12.843
Campanhã			15.555	27.405	32.659	32.659
antiga freguesia de Foz do Douro	9.197	1.800	5.219		10.997	10.997
antiga freguesia de Massarelos	5.863	926	3.386	5.863	6.789	6.789
antiga freguesia de Nevogilde	4.058	960	2.310		5.018	5.018
Ramalde	31.267	6.745	17.975		38.012	38.012
antiga freguesia de São Nicolau	1.618	288	951	1.618	1.906	1.906
antiga freguesia de Vitória	1.667	234	987	1.667	1.901	1.901
Marco de Canaveses	41.379	12.071	22.701	41.379	53.450	53.450
Amarante	44.866	11.398	24.804	44.866	56.264	56.264
Gondomar	135.930	32.097	74.493	135.930	168.027	168.027
Maia			59.296		135.306	135.306
Paços de Ferreira			23.186		56.340	56.340
Penafiel			30.842	56.261	72.265	72.265
Santo Tirso			32.326		71.530	71.530
Valongo			41.280	74.826	93.858	93.858
Vila Nova de Gaia			134.976	244.806	302.295	302.295
Viana do Castelo (distrito)			114.589			114.589
Vila Real (distrito)	173.303	33.358	95.105	173.303		206.661
Resende	9.195				11.364	11.364
São João da Pesqueira	6.503	1.371			7.874	7.874
Tarouca	6.463	1.585			8.048	8.048
Lamego ³ Lamego ³	10.982	4.727			26.691	26.691
Alijó					11.942	11.942
Celorico de Basto					20.098	20.098
Mesão Frio					4.433	4.433
Montalegre					10.537	10.537
Peso da Régua					17.131	17.131
Sabrosa					6.361	6.361
Sernacelhe					5.671	5.671
Vila Nova de Foz Côa					7.312	7.312
Vila Real					51.850	51.850
Oliveira de Azeméis				56.289	68.611	68.611
São João da Madeira				17.749	21.713	21.713
Espinho				26.608	31.786	31.786
Total	728.663	144.260	1.447.968	1.324.496	2.609.266	3.317.773

1) População feminina 2) População com idade > 19 anos 3) HSA: metade da população do concelho Fonte: INE - Censos 2011 Área de Influência Área de Referência

De seguida, socorrendo-nos da informação constante dos Perfis Locais de Saúde 2015, proceder-se-á a uma caracterização sucinta da população das áreas de influência e referência do CHP.

QUEM TOMAR	QUEM TOMAR	QUEM TOMAR	QUEM TOMAR	QUEM TOMAR	QUEM TOMAR	QUEM TOMAR	QUEM TOMAR
População residente	HM	2013	Nº	9.918.548	3.637.211	222.252	167.525
Taxa bruta de natalidade	HM	2013	‰	7,9	7,3	8,3	7,5
Esperança de vida à nascença	H M	Nov/13	Nº	77,6 83,9	77,8 84	76,8 84,8	77,4 84,1
Desempregados inscritos no IEFP por 1000 habitantes em idade ativa (15+ anos)	H M	Dez/14	‰	68,5 64,8	82,6 80	116,3 92,4	101,5 95,4
Taxa de criminalidade	HM	2013	‰	34,9	31,5	70,4	24,5
População servida por sistemas públicos de abastecimento de água	HM	2009	%	95,2	91,6	100	100
Nascimentos em mulheres com idade < 20 anos	M	Nov/13	%	3,5	3,2	4,9	3,9
Proporção de inscritos (%) com diagnóstico ativo (Determinantes de Saúde - registo nos Cuidados de Saúde Primários) (1)							
Excesso de peso (T83)	HM	Dez/14	%	4,5	5,6	5,7	7,4
Crianças com baixo peso à nascença	HM	Nov/13	%	8,4	8,4	9,7	8,6
Taxa de mortalidade infantil	HM	Nov/13	‰	3,1	2,9	2,3	3,7
Taxa de mortalidade perinatal	HM	Nov/13	‰	3,8	3,3	3,9	4,9
Taxa de mortalidade padronizada pela idade (TMP) prematura (<75 anos) *							
Tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmão	H M	10/Dez	/100000 hab	33,2 6,7	35,4 6,5	50,2 10,2	50,9 6
Tumor maligno da mama (feminina)	M	10/Dez	/100000 hab	15,2	13	14,6	15,6
Doenças cerebrovasculares	H M	10/Dez	/100000 hab	25,8 13,3	26 13,4	25,9 14,2	22 14,7
Acidentes de transporte	H M	10/Dez	/100000 hab	11,6 2,8	8,8 2,3	5,4 0,5	4,5 1,6
Proporção de inscritos (%) com diagnóstico ativo (Morbilidade - registo nos Cuidados de Saúde Primários)							
Hipertensão (K86 ou K87)	HM	Dez/14	%	19,7	20,2	19,6	21,2
Perturbações depressivas (P76)	HM	Dez/14	%	8,2	9,1	9,9	11,2
Obesidade (T82)	HM	Dez/14	%	5,8	7,1	6,6	9,4
Taxa de incidência da infeção VIH	HM	Jul/05	/100000 hab	14,8	9	25,6	20,2

HM - Homens e Mulheres H - Homens M - Mulheres NA - Não aplicável

* Devido a problemas metodológicos relacionados com a garantia do Segredo Estatístico, não foi possível ao Instituto Nacional de Estatística, ao abrigo do protocolo celebrado com as cinco Administrações Regionais de Saúde, I.P. (ARS), em 16 de Novembro de 2012, disponibilizar os dados de mortalidade para todas as causas. Face a este constrangimento, a análise realizada contempla apenas, para cada causa de morte, os ACeS/ULS em que a informação foi disponibilizada.

Fonte: Perfis de Saúde 2015 Região Norte - ACES Porto e ACES Gondomar.

A Região Norte é a mais populosa, representando aproximadamente 37% da população residente do Continente. O Grande Porto é a unidade territorial do Norte com mais população (sensivelmente 35% da região). Nos últimos censos (2001 e 2011) a população do ACeS do Porto decresceu 9,7%, enquanto que a população do ACeS de Gondomar aumentou 2,4%, em linha com a Região Norte e o Continente, cuja população cresceu, respetivamente, 0,1% e 1,8%.

A esperança de vida à nascença tem aumentado em ambos os sexos, tanto no ACeS Porto como no ACeS Gondomar, sendo que no caso do ACeS Porto apresenta valores superiores aos da Região Norte e do Continente. Destaque-se o Índice de envelhecimento no ACeS Porto (210,2), muito superior ao verificado no ACeS Gondomar, bem como em toda a Região Norte e no Continente.

A taxa de natalidade tem sofrido uma tendência decrescente apresentando, no último ano analisado, valores superiores aos da Região Norte.

O número de desempregados inscritos no IIEFP diminuiu em 2014, contrariando a evolução crescente registada desde o segundo semestre de 2008.

Nos últimos censos (2001 e 2011) o nível de escolaridade da população melhorou, sendo superior ao da Região Norte e do Continente. A taxa de analfabetismo é inferior à média regional e à do Continente.

A taxa de criminalidade mostra uma tendência decrescente no ACeS Gondomar, sendo que no ACeS Porto tem-se mantido acima da Região Norte e do Continente. As infra-estruturas ambientais abrangem toda a população e apresentam valores acima da média da Região e do Continente, seja em sistemas públicos de abastecimento de água, sistemas de drenagem de águas residuais ou estações de tratamento de águas residuais.

A proporção de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos (4,9% no ACeS Porto e 3,9% no ACeS Gondomar) tem diminuído, no entanto, assumindo um valor superior ao da Região Norte (3,2%) e do Continente (3,5%). Já a proporção de nascimentos em mulheres com idade superior a 35 anos segue tendência inversa, com valores superiores aos da Região e do Continente no caso do ACeS Porto e inferiores no ACeS Gondomar.

Nos determinantes da saúde destaca-se a proporção de inscritos nos Cuidados de Saúde Primários com diagnóstico ativo por abuso do tabaco, seguido pelo excesso de peso e abuso crónico do álcool, apresentando valores superiores aos da Região e do Continente, em todos os indicadores.

A proporção de nascimentos pré-termo (7,7% no ACeS Gondomar e 7,6% no ACeS Porto) apresentou no triénio 2011-2013 valores semelhantes aos da Região Norte (7,5%) e do Continente (7,7%). A proporção de crianças com baixo peso à nascença tem aumentado, registando valores superiores aos da Região (8,4%) e do Continente (8,4%).

A mortalidade infantil tem apresentado tendência de- crescente, com valores ligeiramente inferiores aos da Região Norte e do Continente.

Destacam-se, pelo seu maior peso relativo e valores superiores face à Região Norte e ao Continente, os tumores malignos na mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte, para todas as idades e ambos os sexos. Na população com idade inferior a 75 anos o peso relativo dos tumores malignos é ainda, mais acentuado.

No que diz respeito à morbilidade nos Cuidados de Saúde Primários (CSP), medida pela proporção de inscritos com diagnóstico ativo de ICPC-2, as causas de doença mais registadas são a hipertensão arterial, as alterações do metabolismo dos lípidos, as perturbações depressivas, a obesidade e a diabetes mellitus. A taxa de incidência da infeção VIH apresenta, em 2013, um valor superior ao da Região Norte e ao do Continente. A taxa de incidência de tuberculose também é superior à observada na Região Norte e à do Continente.

ESPECIALIDADES/VALÊNCIAS DO CH.PORTO

O CHP é oficialmente reconhecido, pelo Ministério da Saúde, como Centro de Referência Nacional em 12 áreas de Intervenção Prioritária:

Área	Legislação
Epilepsia Refratária	
Paramiloidose Familiar	Despacho n.º 11297/2015 de 8 de Outubro
Transplante do Pâncreas	
Transplante Hepático	
Doenças Hereditárias do Metabolismo	
Oncologia Adultos - Cancro do Testículo*	
Oncologia Adultos - Sarcomas das Partes Moles e Ósseas	
Oncologia Adultos - Cancro do Reto	Despacho n.º 3653/2016 de 11 de Março
Oncologia Adultos - Cancro Hepatobiliar-Pancreático	
Transplantação Renal Pediátrica	
Transplante Rim - Adultos	
Oncologia Adultos - Cancro do Esófago	Despacho n.º 9414/2016 de 22 de Julho

* Colaboração interinstitucional com o Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil, E. P. E.

O Grupo de Trabalho constituído por Despacho n.º 4319/2013, de 25 de março, define Centros de Referência como “unidades prestadoras de cuidados de saúde reconhecidas como o expoente mais elevado de competências na prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade em situações clínicas que exigem uma concentração de recursos técnicos e tecnológicos altamente diferenciados, de conhecimento e experiência, devido à baixa prevalência da doença, à complexidade no seu diagnóstico ou tratamento e/ou aos custos elevados da mesma, sendo capaz de conduzir formação pós-graduada e investigação científica nas respetivas áreas médicas.”

Existem no país 96 Centros de Referência oficialmente reconhecidos que se distribuem conforme o gráfico seguinte:

Centros de referência Nacionais

C.H.U. Coimbra, EPE	14
C.H.L. Norte, EPE	13
C.H. Porto, EPE	12
C.H. Central, EPE	12
C.H. São João, EPE	11
IPO Porto, EPE	6
C.H.L. Ocidental, EPE	6
IPO Lisboa, EPE	5
C.H.V.N. Gaia/Espinho, EPE	2
H. Beatriz Ângelo - Loures	2
H. Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	2
C.I. de Hospitais CUF Lisboa	1
H. da Luz, SA	1
H.N.S.O. Guimarães	1
C.H. Leiria	1
C.H. Entre o Douro e Vouga, EPE	1
H. Santarém, EPE	1
H. Garcia da Horta	1
IPO Coimbra, EPE	1
H. Cruz Vermelha Portuguesa	1
C.H. Algarve, EPE	1
H. Braga	1

O Centro Hospitalar do Porto desenvolve a sua atividade nas variadíssimas valências, repartidas pelas linhas de atividade principais, conforme os quadros seguintes:

Na Unidade Hospital de Santo António

Especialidades/Atividades	Internamento	Clín. Ambulatorial 2	Hospital Dia	Cons. Estoma	Urgência**	Serv. Especialidade
Anestesiologia				●	●	
Cardiologia	●		●	●	●	
Cirurgia Plástica		●		●		
Cirurgia Vascular	●	●	●	●	●	
Cuidados Intens. Poliv. 2_UCIP	●			●	●	
Doenças Respiratórias		●	●	●		
Dor				●		
Endocrinologia - Pe Diabético			●	●		
Estomatologia/Cir. Max.-Facial	●	●		●	b)	
Gastroenterologia	●		●	●	●	
Hematologia			●	●		
Imunopatologia				●	●	
Imunologia Clínica				●		
Medicina Familiar e G. Ocupacional			●	1)		●
Nefrologia	●	●	●	●	●	
Transplantes Renais				●		
T.C.E.	●			●	●	
Nutrição		●	●	●	●	
Oncologia Médica	●	●	●	●	c)	
Ortopedia	●	●	●	●	d)	
Psicologia			●	2)	●	
Reno				●		●
UCI Coronários	●		●	●	d)	
Un. Cuidados Intermedios Médico-Cirúrgico	●			●	●	
Unidade Transplante Hepático - Pancreático	●		●	●	●	

** Informação das Equipas da Urgência Clínica Geral das 06:30 às 24h; Neurologia e Patologia Clínica 24h; Radiologia das 0:30 às 24 horas (nos dias úteis); das 17h a 19h nos sábados e das 13h às 20h no Domingo; b) 24h (provenção); c) Das das 16h às 21h das 09:30 às 20:00, das 1 a 15 de cada mês (casos mais 24h (Coxes estomas registado de resus)); d) Das 0h30 às 23:30 horas

*Referem-se às seguintes consultas de grupo: Grupo de Raynaud; Grupo Educação DM2; Grupo Hematologia; Grupo Medicina Sexual; Grupo ORL; Grupo Patologia Mamária; Grupo Urologia; Desatubulação Tabérgica; Hematologia Grupo Infâncias; Colúneis; Oncologia Grupo Não Digestivo; Oncologia Grupo Digestivo; Endocrinologia Grupo Cancro Tireóide; Endocrinologia Grupo Hipotireóide; Endocrinologia Grupo Tireóide; Multidisciplinar de tratamento do diabetes tipo 1 por bombas; Multidisciplinar obesidade; Grupo Imunologia Clínica/Doenças Autoimunes; Grupo Imunologia Clínica/Imunodeficiências

1) Infecção Clínica Geral; Consulta do Viajante; Anestesiologia; Hospital C; Hospital B; SAP 2) Pneumologia Geral; Reabilitação Respiratória; Anti-Tabérgica; SAP 3) As Consultas de Anestesiologia nas várias valências do CMIN e do HSA são realizadas no Centro de Cirurgia de Anestesiologia

As Consultas Pediátricas de ORL, Oftalmologia, Ortopedia, Dermatologia e Estomatologia não realizadas no HSA

No Centro Materno-Infantil do Norte

1. Área Ginecologia/Obstetrícia

Especialidades Médicas	Internamento	Cir. Ambulatório	Careq. Esterno	Externa
Alto Risco			●	
Diagnóstico Pré-Natal			●	
Ginecologia	●	●	●	●
Mama	●		●	
Medicina de Reprodução	●	●	●	
Patologia Colo		●	●	●
Menopausa			●	
Uro-Ginecologia	●		●	

Notas:

a) Cirurgia do Ambulatório no âmbito da Interrupção Grávida por Opção

A Cirurgias de Ambulatório nas várias valências do CMIN são realizadas no Centro de Cirurgia de Ambulatório.

2. Área Pediátrica

Especialidades Médicas	Internamento	Cir. Ambulatório	Resposta Dia	Careq. Esterno
Anestesiologia				●
Cardiologia Pediátrica				●
Cirurgia Plástica Pediátrica	●		●	●
Med. Física de Reab. Pediátrica				●
Genética Médica		●	●	●
Infectologia/Imunodeficiência			●	●
Nefrologia Pediátrica a)	●		●	●
Neurologia Pediátrica e)	●		●	●
Oftalmologia Ped	●			●
Ortopedia Pediátrica	●			●
Pedopsiquiatria a)	●		●	●
Psicologia				●
Neonatologia - Cuidados Normais	●			●
Neonatologia				●

a) Obesidade Mórbida;

b) Diálise peritoneal, Hemodiálise, Transplante Renal, Esplenoectomia;

c) Epilepsia, Cefaleia, Doenças Neuromusculares, Doenças do Movimento;

d) Desenvolvimento, Doenças metabólicas, Doenças Neuromusculares, Pneumologia, Imunologia, Genética, Fibrose Cística;

e) A atividade fisicamente no Hospital Magalhães Lemos;

A Cirurgias de Ambulatório nas várias valências Cirurgias Pediátricas do CMIN são realizadas no Centro de Cirurgia de Ambulatório.

3. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

Missão

O CHP é um hospital central e universitário pela sua associação ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, que visa a excelência em todas as suas atividades numa perspetiva global e integrada da saúde.

Tem por missão a prestação de cuidados de saúde humanizados, competitivos e de referência, promovendo a articulação com os outros parceiros do sistema, a valorização do ensino pré e pós-graduado e da formação profissional, a dinamização e incentivo à investigação e, desenvolvimento científico na área da saúde.

Visão

Melhor Hospital para CUIDAR E TRATAR doentes, melhor LOCAL PARA TRABALHAR, destacando-se pelas BOAS PRÁTICAS CLÍNICAS E DE GESTÃO.

Valores

- a) Saúde dos doentes e qualidade do serviço;
- b) Orgulho e sentimento de pertença;
- c) Excelência em todas as atividades, num ambiente que privilegia a qualidade e segurança;
- d) Respeito pelas pessoas, trabalho de equipa e colaboração com outros profissionais;
- e) Responsabilidade, integridade e ética.

Análise do ambiente interno e externo (SWOT)

Pontos Fortes

- 1- Qualidade clínica e resultados em saúde;
- 2- Imagem e prestígio do CHP;
- 3 - Competência dos profissionais;
- 4- Ensino pré e pós-graduado;
- 6- Existência de uma área laboratorial com qualidade e dimensão para dar resposta ao CHP e ao SNS nomeadamente aos cuidados de saúde primários
- 7- Unidades de referência: Transplantes, Neurociências, Medicina Intensiva, Ortopedia, Ambulatorização da atividade cirúrgica, Auto-Imunes, Pé-diabético, Cardiologia de Intervenção, Neonatologia, Nefro- Urologia pediátrica, cirurgia minimamente invasiva;
- 8- Um dos hospitais com maior número de Centros de Excelência

Pontos Fracos

- 1-Insustentabilidade económica e financeira;
- 3-Inexistência de um processo de acreditação global para o CHP;
- 4 - Inexistência de resposta adequada: Radioterapia, Oncologia, Cir. Cardiorácica, MCD (gastroenterologia, Imagiologia);

Oportunidades

- 1 – Possibilidade de Criação de novos Centros de Excelência;
- 2- Captar e reter os melhores profissionais;

3- Replicar boas práticas e inovações;

4- Redefinição de redes de referenciação (Materno infantil);

Ameaças

1 - Modelo de Financiamento hospitalar origina subfinanciamento;

2 - Política de definição de taxas moderadoras;

3 - Regulamento de transportes de doentes;

4 - Definição de regras centrais relativas à compra de medicamentos e Material de consumo Clínico;

5 - Política de Recursos Humanos (sem incentivos, limites à contratação);

6- Saída de bons profissionais;

7- Ausência de política de Investimento no SNS;

8- Dificuldade na transferência para a RNCC;

4. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO EM 2016

Desempenho Económico e Execução Orçamental

	2016	2015	2014	% 2016/2015	2016	% 2016/2015
Consumos	104.505.616	113.194.812	119.224.832	5,3%	110.909.174	7,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	27.043.504	28.296.549	30.939.421	9,3%	25.493.000	21,4%
Custos C/ Pessoal	122.483.045	121.107.031	131.075.809	8,2%	124.939.699	4,9%
Outros Custos	9.514.714	6.430.599	6.124.496	-4,8%	6.333.777	-3,3%
Total dos Custos	254.541.374	249.898.566	257.059.317	6,8%	250.482.088	7,1%
Prestações de Serviços	254.190.066	249.898.566	257.059.317	2,9%	250.482.088	2,6%
Contrato Programa (SNS)	245.448.769	241.079.528	248.401.096	3,0%	242.526.875	2,4%
Outras Entidades Responsáveis	8.741.298	8.819.038	8.658.221	-1,8%	7.955.212	8,8%
Outros Proveitos	10.022.267	13.527.896	16.149.807	19,4%	11.327.242	42,6%
Total dos Proveitos	264.212.333	263.426.462	273.209.124	3,7%	261.809.330	4,1%
Resultado Operacional	9.670.959	13.527.896	16.149.807	109,7%	11.327.242	167,7%
Resultado Líquido Antes de Impostos	9.670.959	13.527.896	16.149.807	109,7%	11.327.242	167,7%

O exercício de 2016 apresentou um resultado líquido negativo de 14,2M€, agravado em 8,6M€ face ao resultado obtido em 2015.

O EBTIDA, que ascendeu a cerca de 0,4M€ negativos em 2015, atingiu em 2016 um valor negativo de 9,7M€. Tais resultados derivam de um crescimento dos custos mais que proporcional ao crescimento dos proveitos.

O total de custos aumentou 6,8%, para o qual contribuiu o aumento de consumos de 5,3%, dos fornecimentos e serviços externos de 9,3%, dos custos com pessoal em 8,2% já que os restantes custos reduziram 4,8% (por força de redução dos outros custos operacionais, das amortizações do exercício e dos custos extraordinários).

No que respeita aos consumos, o aumento foi motivado pelos custos incorridos com medicamentos, que cresceram 3,8%, os reagentes e o material de consumo clínico ambos com crescimento de 10,5% (este último essencialmente por crescimento dos artigos cirúrgicos e de tratamento). As restantes rubricas de consumo, à exceção dos produtos alimentares e material hoteleiro que diminuíram, apresentam aumentos em valor absoluto pouco significativos.

9/11



centro hospitalar
do Porto

Os valores dos consumos face ao orçamento apresentam também um desvio desfavorável de 7,5%.

As rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentam no global um aumento de 9,3% face a igual período do ano anterior, para o qual contribuiu o aumento das rubricas de subcontratos, nomeadamente decorrente da aquisição de meios de terapêutica, mais concretamente os custos com oxigénio terapia de longa duração, os meios de diagnóstico, os custos com os cuidados continuados, o transporte de doentes e a produção realizada no exterior no âmbito da atividade adicional-SIGIC. Também os fornecimentos e serviços aumentam maioritariamente por influência do aumento dos custos com eletricidade e de lavandaria (este último por registo de faturas do ano anterior em cerca de 0,4M€ devido a aprovação deste contrato pelo Tribunal de Contas em 2015).

Quando comparado com os valores contratualizados, o desvio no total de fornecimentos e serviços externos é igualmente desfavorável em 21,4%.

Os custos com pessoal aumentam 8,2% em resultado, essencialmente, das reposições salariais, da alteração dos vencimentos dos enfermeiros, do aumento do salário mínimo e de novas contratações. Há ainda a salientar o aumento do trabalho extraordinário e dos custos com remunerações adicionais SIGIC.

Quando comparado com os valores do orçamento, esta rubrica regista um aumento de 4,9% (3,3% nos ordenados base e subsídios de férias e natal, 9,2% nos suplementos remuneratórios e aumento de 3,9% no total das restantes rubricas de pessoal).

Os restantes custos, no global, reduzem 4,8% face ao ano anterior e 3,3% face ao orçamento.

O valor dos proveitos reflete, neste período, um aumento de 3,7% face ao período homólogo e um aumento de 4,4% face aos valores orçados. Há a salientar o aumento dos proveitos decorrentes do Contrato Programa, em 3,0%. Refira-se que, os valores aqui registados refletem a faturação da produção do ano 2016, que genericamente foi superior à realizada em 2015, o valor do incentivo, por um cumprimento de 87% do Índice de Desempenho

Global, a valorização da produção a reafectar em adenda ao contrato programa em cerca de 3,4M€, o valor relativo à compensação pelo aumento do custo resultante da reposição salarial em 4,2M€ e o registo da verba de convergência no montante 7,7 M€. Note-se que, no orçamento económico (anexo ao Contrato Programa) apenas estava refletido um montante de 5M€ (valor que nos havia sido indicado como valor a regularizar numa futura adenda). Por outro lado, os proveitos decorrentes da prestação de serviços a entidades que não as abrangidas pelo Contrato Programa, na qual incluímos as decorrentes das taxas moderadoras cobradas aos utentes que reduziram em 18,6%, registaram uma diminuição de 1,8% face ao ano anterior e um desvio positivo de 8,8% face ao Orçamento.

Os valores registados nas rubricas 761 - outras prestações de serviços refletem o proveito relativo à nova terapêutica para a Hepatite C (2,8M€ - inferior em 1,2M€ ao verificado em período homólogo). Regista ainda o crescimento da assistência médica no estrangeiro (1,7M€), da faturação das ajudas técnicas (+0,3M€) e do incentivo à transplantação (+0,3M€). Também a rubrica 762 – reembolsos regista um aumento, em parte, derivado do aumento de reembolsos de vencimentos de profissionais do CHP noutras instituições e dos reembolsos de medicamentos.

Para os restantes proveitos, refira-se a redução de 77,8% nos proveitos financeiros e o aumento de 87,7% nos proveitos extraordinários.

Situação Financeira

De acordo com o balanço a 31 de dezembro de 2016, o Centro Hospitalar do Porto detém ativos no montante de 228.235.641€, os seus fundos próprios apresentam-se negativos em 12.786.649€ e as suas responsabilidades para com terceiros ascendem a 241.022.290€.

Analisando a estrutura dos balanços de 2015 e 2016, observam-se variações patrimoniais de montantes significativos, nomeadamente ao nível dos acréscimos e diferimentos ativos, dos fundos próprios e das dívidas a terceiros de curto prazo.

Os principais indicadores económicos financeiros evidenciam um agravamento da debilidade da situação financeira da Instituição.

Rubricas	31-12-2012	31-12-2013	Var. 12/12
Imobilizado líquido	99 264 980	96 192 520	3,2%
Ativo circulante	53 694 684	54 906 108	-2,2%
Acréscimos e diferimentos	75 275.977	57 184 361	31,6%
Ativo Total	228.135.641	208.282.989	8%
Fundos Próprios	142.750.000	128.573.400	-10%
Provisões para riscos e encargos	3 039 161	2 689 605	13,0%
Dívidas a terceiros CP	195 557 906	162 636 835	20,2%
Acréscimos e diferimentos	42 425 223	41 686 363	1,8%
Passivo Total	241.122.390	232.902.603	3,4%
Saldo Fundos Próprios a 31/12/2013	-128.573.400	-128.573.400	-100%

A variação negativa registada nos fundos próprios, decorreu do resultado líquido apurado neste exercício, no montante negativo de 14.175.640€.

O aumento do passivo ficou a dever-se a um acréscimo das dívidas a fornecedores e ainda a reforços de adiantamentos recebidos da ACSS, no âmbito do contrato programa, que não foi possível regularizar no exercício, uma vez que a correspondente faturação não foi emitida devido à falta de orientações daquela entidade para o efeito. Por sua vez, a ausência desta faturação explica o aumento verificado em acréscimos de proveitos e, consequentemente, no ativo.

Indicador	2011	2012
Autonomia Financeira	-6%	1%
Endividamento	106%	99%
Solvabilidade	-5%	1%
Liquidez geral	0,27	0,34
Liquidez reduzida	0,20	0,25

Neste exercício, o grau de autonomia financeira diminuiu de 1% para -6% e, consequentemente, o endividamento aumentou sete pontos percentuais.

Saliente-se que, a autonomia financeira atingiu um valor negativo devido à degradação progressiva dos fundos próprios em consequência dos resultados líquidos negativos acumulados ao longo dos últimos anos.



centro hospitalar
do Porto

Por sua vez, a evolução negativa verificada nos indicadores de liquidez, reflete as dificuldades crescentes da Instituição para fazer face aos compromissos financeiros de curto prazo, impedindo o cumprimento do objetivo de redução do prazo médio de pagamento a fornecedores, conforme estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

Neste contexto, cumpre ao Conselho de Administração informar a Tutela, na qualidade de acionista, de que o Centro Hospitalar do Porto se enquadra no âmbito do art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais, por se encontrar numa situação em que mais de metade do seu capital estatutário se encontra perdido, e solicitar que sejam tomadas as medidas julgadas convenientes de entre as previstas no ponto 3 do artigo supra referido.

5. ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ACTIVIDADE PARA 2017

Objetivos e linhas estratégicas

Com a finalização da construção do centro Materno-Infantil do Norte (CMIN) concluiu-se em larga medida o período de fusão de diversas instituições seculares da cidade do Porto, permitindo significativos ganhos na qualidade dos cuidados de saúde prestados. Refira-se o maior conforto para os utentes, mas também ganhos tecnológicos com repercussão direta na assistência.

Com uma área de referenciação direta, relativamente modesta, de 260.000 habitantes o Centro Hospitalar do Porto (CHP) tem necessariamente de manter o investimento na diferenciação e investigação para maximizar a sua atratividade, aproveitando a “janela” de oportunidade que é a aplicação efetiva da livre escolha por parte dos utentes. Naturalmente que este fator pressionará a capacidade de resposta e consequentemente os tempos médios de espera. O trabalho de reorganização está em curso na abordagem da Lista de Inscritos Cirúrgicos e haverá necessidade de readaptar o ambulatorio a esta nova realidade.

A lógica do livre acesso é um incentivo à manutenção de um forte investimento na área materna pelas características únicas do CMIN, tanto ao nível de instalações como pela sua elevada diferenciação, o que nos deve motivar a que esta unidade se torne na maior maternidade nacional associada a maior complexidade em patologia do recém-nascido.

O Centro Clínico e Académico (CCA) é uma oportunidade para aprofundar a nossa ligação à Universidade, a que em breve se juntará a mudança de designação para Centro Hospitalar e Universitário do Porto, o que potenciará a afirmação do “branding” do centro hospitalar na vertente clínica, de investigação e como estabelecimento com ensino universitário.

A Qualidade e Segurança são dois vetores nucleares no desenvolvimento de qualquer organização moderna e particularmente no setor da saúde, pelo que o CHP deverá manter um forte investimento neste domínio.

LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO

1. Reforma Hospitalar

| Melhoramento da área de internamento polivalente de adultos, que se destina a dar resposta aos ciclos de maior procura no inverno ou de recuperação de LIC.

| Ajustamento dos recursos humanos – o Centro Hospitalar do Porto (CHP) reduziu em 10% o pessoal entre 2008 e 2014, redução esta que manteve em 2015. Os pressupostos de qualidade de uma medicina moderna inevitavelmente pressionaram no sentido da inversão da “curva” de decréscimo de RH da última década, contudo não poderemos perder o sentido de uma gestão eficiente e racional dos recursos.

| Manutenção de uma forte aposta nos Sistemas de In- formação.

| Qualidade – Acreditação do Centro Materno-Infantil (CMIN) continuando o processo iniciado em 2016.

| Modelo de Governação – criação de Unidades Autónomas de Gestão, algumas das quais englobarão alguns dos atuais departamentos.

2. Integração com a Medicina Geral e Familiar

| Reforço das ligações clínicas com os cuidados primários privilegiando a consultadoria, tanto localmente como por via da telemedicina.

| Internalização no CHP da maioria das análises clínicas dos ACES da nossa área.

| Criação de um Centro Integrado de Diagnóstico e Tratamento (CIDT) que permita dar resposta a MCDT solicitados pelos cuidados primários, nomeadamente da Cardiologia, Gastreenterologia e Imagem.

| Criação de equipas de Gestão da Doença Crónica em colaboração com os ACES.

4. Definir novas áreas de negócio

| Criação de um CIDT.

- | Estabelecer parceria com prestador privado na área da Radioterapia de forma a retermos os doentes que necessitam desta técnica.

- | Criação de um Serviço de Saúde Mental, dando desenvolvimento à unidade de Psiquiatria de Ligação e reforçando os laços com a vertente comunitária da Psiquiatria.

- | Criação de uma Unidade de Internacionalização da atividade clínica particularmente a cirúrgica.

5. Desenvolvimento da Qualidade Assistencial

- | Estender a Acreditação a todo o CHP.

- | Monitorizar continuamente um conjunto de indicadores de qualidade.

- | Reforçar a Ambulatorização de cuidados.

- | Encerramento do circuito do medicamento.

- | Modernizar e informatização completa dos circuitos de aprovisionamento e logística.

6. Reforço do Ensino, Formação e Investigação

- | No âmbito do CCA manter o desígnio da criação de um centro de cirurgia experimental que permita o treino e desenvolvimento da cirurgia de elevada complexidade.

- | Expansão do atual centro de simulação biomédico em parceria com o ICBAS.

- | Integração das áreas da formação e investigação no CCA.

7. Sustentabilidade Económica e Financeira

- | Encerramento das instalações do Centro de Genética Jacinto de Magalhães e integração destes laboratórios em área de proximidade aos restantes laboratórios do CHP.

- | Concentração de toda a área Laboratorial.

- | Venda dos terrenos do HJU e do edifício do Centro de Genética Jacinto de Magalhães.

- | Garantir o reaproveitamento e esterilização de todo o material descartável, passível de o fazer, garantindo a redução de custos.

- | Aprofundar as medidas de racionalização do consumo de fármacos, dispositivos médicos e de MCDT, criação de uma Comissão de Avaliação de Tecnologias da Saúde – Dispositivos Médicos com regras e objetivos similares às da CFT.

- | Criação de uma Unidade que integre a EGA e a gestão de Camas.

- | Criar um Quadro de Pessoal e otimizar a gestão do mesmo.



| Encerramento do circuito do medicamento.

| Modernizar e informatização completa dos circuitos de aprovisionamento e logística.

8. Preparar o Futuro

| Reabilitação da Ala Norte do Edifício Neoclássico.

| Construir um novo edifício no ex-CICAP destinado ao CCA, centro de simulação e concentração todo o ambulatório num único local.

| Construir um parque de estacionamento com 400 lugares junto ao novo edifício de consultas.

Modernização do Serviço de Urgência.

| Criação de uma Unidade para doentes Neuro-críticos.

| Criação de uma Unidade de Cirurgia Robótica.

| Criar um Serviço de Radioterapia em parceria com um prestador privado no novo edifício de consultas.

EVOLUÇÃO OPERACIONAL PARA 2017

O Centro Hospitalar do Porto, enquanto entidade abrangida pelo perímetro do Orçamento de Estado, desde o ano 2015, elaborou o seu Orçamento em Agosto de 2016 nos termos das orientações da Circular nº 1384 da Direção Geral do Orçamento de 27 de Julho, bem como através do Ofício Circular nº 9218/2016/DFI/UOC/ ACSS recebido a 29 de Julho de 2016 e do ofício circular nº 9354 de 04 de Agosto, onde foi estabelecido o plafond do CHP a receber como forma de adiantamento do Contrato Programa de 2017, bem como outros pressupostos orçamentais transmitidos e tidos em conta na elaboração do Orçamento de 2017.

À data da elaboração do presente relatório, o Conselho de Administração já assinou o Contrato Programa para 2017 estando apenas a aguardar a sua homologação por parte da tutela.

Após a publicação e divulgação, pela ACSS, do referencial da contratualização de 2017 em Novembro de 2016, o Conselho de Administração comunicou e esclareceu, em sessão de

quadros aos níveis de gestão intermédia as diretrizes emanadas no referido documento. Foram entretanto definidas as metas nas várias vertentes em sede de contratualização interna com os Serviços/Departamentos de modo a assegurar a concretização do referido Contrato, bem como prosseguir numa trajetória de sustentabilidade, não descurando dos padrões de garantia da qualidade assistencial e de acesso, de modo a responder às necessidades de cuidados de saúde dos Cidadãos.

Assim, foram definidos através dos indicadores da contratualização interna, os principais objetivos:

- | Redução, em 5%, do valor do consumo dos Produtos Farmacêuticos, Material de Consumo Clínico e de racionalização dos meios de diagnóstico (requisitados internamente e externamente), através de medidas que passam, por exemplo pela racionalização da prescrição de MCDT repetidos e pela observância de consumos medicamentos com efeitos terapêuticos equivalentes com impactos económicos consideráveis;
- | Taxas de ambulatorização superiores às historicamente verificadas, potenciando ao máximo a capacidade instalada de que dispomos nesta área;
- | Redução das taxas de reinternamento;
- | Assegurar a gestão eficiente da LIC e da LEC:
 - Melhoria no acesso, através do aumento de primeiras consultas e do cumprimento integral dos tempos de espera de consulta e cirurgia definidos por lei;
 - Maximização da produção do modo a minimizar o recurso a entidade externa (vales cirurgia) – redução de custos para o CHP;
- | Melhoria da qualidade do registo clínico e administrativo, de modo a melhor aferimento a nossa casuística com impacto futuro, por via de atualização do ICM, como fator de ajustamento dos preços de internamento e ambulatório médico e cirúrgico do Contrato Programa;

Genericamente a contratualização interna assentou num pressuposto de evolução positiva face ao melhor dos valores registados no biénio 2015-2016 (por cada serviço) e em linha com as diretrizes que vinham sendo estabelecidas internamente em anos anteriores.

Há a realçar, como principais alterações, face a Contratos Programa anteriores, o seguinte:

- | Introdução de um novo Indicador, associado à atribuição de Incentivos Institucionais, relacionado com a variação de utilização de biossimilares dispensados (em unidades, 2017/2016) e a inclusão do indicador nacional no âmbito da PPCIRA (que em anos anteriores tinham sido matéria de definição de âmbito regional);
- | Consolidação da majoração da atividade, na consulta e internamento, em 10% e 5% respetivamente para a atividade dos CRE (e que não a abrangida por programas anteriores);
- | Majoração em 10% das consultas hospitalares descentralizadas (psiquiatria, pediatria, cardiologia, oftalmologia, obstetrícia, MFR);
- | Introdução da linha de Contrato Programa no âmbito da Hospitalização Domiciliária;
- | Introdução de linha de financiamento para o Banco de Gâmetas, na qual o CHP é majorado em 20%, no preço desta linha, pela gestão do Banco de Gâmetas do SNS;
- | Inclusão do Programa de Tratamento Cirúrgico da Obesidade;
- | Inclusão da linha de financiamento para o Programa de Tratamento de doentes com dispositivos PSCI (perfusão subcutânea de Insulina);
- | Possibilidade de apresentação, por parte das instituições, de projetos piloto de implementação de Centro de Responsabilidade Integrada;
- | Está ainda previsto a faturação MCDT's por prescrição dos ACES, Programa de incentivo à Integração de cuidados, financiamento da Patologia oncológica da cabeça e pescoço, à semelhança do aplicado em anos anteriores para as ajudas técnicas, assistência médica no estrangeiro, convenções internacionais, Incentivos ao transplantes e o Incentivo à I&D, não integram o princípio do Orçamento Global;
- | Introdução de um Incentivos de Benchmarking em que o pagamento dos incentivos aos hospitais melhor posicionados será efetuado pelos restantes hospitais do grupo, valorizando a comparação e competição positiva entre instituições;

Há ainda a realçar que, em 2017 mantem-se a versão 30 do Agrupador All Patient DRG (APR30), que entrou em vigor em 2015, que tem em consideração as diferenças existentes nos doentes quanto aos níveis de severidade da doença e ao risco de mortalidade. Apesar deste novo agrupador considerar estes dois itens, o peso relativo de cada GDH considera apenas a severidade, daí que este item tem impacto no cálculo do ICM, sendo as instituições

diferenciadas em maior detalhe mediante o nível de severidade com que o doente for classificado. O ICM a aplicar em 2017 foi calculado com base na produção de 2015. Esta atualização veio a revelar-se positiva para o CHP dado que o ICM do Internamento e ambulatório cirúrgico aumentou em 4,76% e 1,11%, respetivamente, evidenciando todo um esforço, por parte da instituição, na melhoria do registo clínico, o que lhe permite não só uma melhor aferição da casuística das patologias que trata como também convergir progressivamente para um melhor e adequado financiamento. Assim em 2017 o preço do internamento, após convertido em doente equivalente e ajustado ao ICM, aumenta 5,1%, o preço de ambulatório cirúrgico aumenta 1,11% e o ambulatório médico, por efeito negativo do ICM diminui, 5,5%. Os preços das restantes linhas de atividade mantêm-se, para 2017, iguais aos do Contrato Programa de 2016.

O CHP manterá os programas de financiamento por patologia para a esclerose múltipla, hipertensão pulmonar, HIV, programa de tratamento de doentes com Polineuropatia Amiloidótica Familiar em estágio I, sendo neste último um dos dois centros a nível nacional. Continuam a figurar no Contrato Programa as linhas de financiamento para a Procriação Medicamente Assistida, bem como para as doenças lisossomais de sobrecarga. Todos os preços nos programas de saúde referenciados mantêm-se inalterados.

Está ainda previsto, e à semelhança de 2014, 2015 e 2016 um financiamento relativo à investigação e desenvolvimento (I&D), mantendo-se este valor para distribuição nacional igual ao de 2015 e 2016.

Mantém-se genericamente as penalizações associadas ao Contrato Programa, tais como: Cumprimento dos programas de promoção e adequação do acesso; reporte e publicação de Informação; Registo, consulta, partilha de informação e desmaterialização dos processos, nomeadamente a disponibilização e consultas de dados na Plataforma de Dados da Saúde (PDS), as receitas sem papel e registo de utilização da “lista de verificação de atividade cirúrgica” e cobrança efetiva de receita;

De seguida, apresentam-se genericamente as projeções da atividade registadas no Contrato Programa de 2017.



Unidade de Produção	Unidades de medida	2016	2017
Internamento (Inclui Berçário)	nº de doentes saídos	34 539	34 114
Consulta externa (consultas médicas)	nº de consultas	677 256	651 413
Hospital Dia (sem gerar GDH - inclui Infectociologia e Fisioterapia)	nº de sessões	24 181	22 175
Cirurgia de Ambulatório	nº de GDH cirúrgicos	14 129	14 129
Ambulatório Médico	nº de GDH médicos	10 037	10 037
Urgência (sem internamento)	nº de urgências	114 985	110 000
Serviço Domiciliário	nº de domicílios	2 876	2 876
Plano de Saúde			
Diagnóstico Pre-Natal (Protocolos I e II)	nº de protocolos	2 403	
Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade	nº de consultas	531	
Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade	nº tratamentos	550	
Banco de Gâmetas	nº colheitas	330	
Programa de Tratamento Cirúrgico da Obesidade	nº doentes	140	
Pat. Oncológica - Cancro Colon e Recto	nº de doentes	35	
Doentes em Tratamento Ambulatório TARC	nº de doentes	2 700	
Doentes em Tratamento - Esclerose Múltipla	nº de doentes	339	
Doentes em Tratamento - Doenças Lisossomais	nº de doentes	17	
Doentes em Tratamento - Hipertensão Pulmonar	nº de doentes	64	
Doentes em Tratamento - Polineuropatia Amiloidótica Familiar	nº de doentes	298	

O valor do Contrato Programa, negociados com a ARS Norte, veio a revelar-se de certa forma limitativo no crescimento da produção. Os 242,7M€ negociados tornaram-se insuficientes para acomodar a valorização de uma produção idêntica à do ano anterior, pois o referido aumento dos preços por via do aumento do ICM no Internamento e Ambulatório Cirúrgico, condicionou desde logo tal crescimento. Assim, houve necessidade de redução de atividade particularmente na Urgência, não só por este facto mas também por alguma pressão da tutela em direccionar atividade do meio Hospitalar para os cuidados primários. Também por constrangimentos passados de faturação nas linhas de financiamento abrangidas por preços doente ano completo (em algumas patologias), usamos de alguma prudência na previsão da produção.

Seguidamente apresenta-se um quadro com alguns dos indicadores que constam do Contrato-Programa para 2017.

Áreas	Indicadores CP 2017	Fundação	Meta
Objetivos Regionais (60%)			
A Acesso (15%)	A 1 Percentagem das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas (%)	3%	26.0
	A 3 Mediana de tempo de espera da LIC, em meses	3%	2.3
	A 5 Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, em tempo adequado e validados pela EGA, no total de doentes referenciados para a RNCCI	3%	85.0
B Desempenho assistencial (25%)	B 1 Percentagem de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo	3%	1.7
	B 3 Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas (%)	3%	68.0
	B 5 Índice PPCIRA	8%	10.0
C Desempenho económico financeiro (20%)	C 1 Percentagem de Custos com Horas Extraordinárias, Suplentos e FSE (selecionados) no Total de Custos com Pessoal (€)	5%	12.5
	C 3 Acréscimo de Dívida Vencida (fornecedores externos) (€)	5%	0.0
Objetivos da Região (40%)			
D. Objetivos Regionais (40%)	Via Verde AVC - % de casos em diagnóstico principal de AVC Isquémico (%)	6,5%	13.0
	Taxa de Referência para a RNCCI (%)	7,0%	5.9
	Garantir o início do tratamento da Retinopatia Diabética em 30 dias (%)	6,5%	1

Os objetivos institucionais comuns representam 60% e os restantes 40% serão objetivos institucionais a definir por cada região. Dos 60% dos objetivos institucionais comuns: 15% referem-se a objetivos de acesso, 25% a desempenho assistencial e 20% a objetivos económico-financeiros.

Plano de Recursos Humanos

A evolução dos RH de 2015 a 2016 é a seguinte:

	Total 2016	Total 2015	Total 2014	Var. 16/15	Var. 15/14
Dirigente	25	25	19	0%	32%
Médico	1.051	1027	998	2%	3%
Téc. Superior Saúde	62	64	63	-3%	2%
Técnico Superior	84	76	72	11%	6%
Informática	18	18	19	0%	-5%
Enfermagem	1.317	1295	1219	2%	6%
Téc. Diagn. e Terap.	286	278	258	3%	8%
Assistente Técnico	418	414	424	1%	-2%
Assistente Operacional	893	880	880	1%	0%
Outros	4	3	3	33%	0%
Total	4.158	4.080	3.955	2%	3%
Total 2015	4.080				
Total 2014	3.955				
Var. 16/15	2%				
Var. 15/14	3%				

Em Outros inclui-se o Pessoal Docente e o Religioso.

Fonte: Balanços Sociais do CHP de 2016, 2015 e 2014 e informações adicionais.

A previsão de recursos humanos para 2017, por grupo profissional, de acordo com o previamente previsto no Anexo II da preposta de orçamento submetido à DGO, é a seguinte:

ANEXO II Fundamentação do Orçamento de despesa com pessoal

ORÇAMENTO: 2017 ORÇAMENTO DE ESTADO

SERVIÇO: 6520 CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, EPE

Pág. 2 de 3

	Tipo de Efetivo	Designação Cargo/Carreira/Grupo (Tabela SIOE)	Nº de postos de trabalho/efetivos	Remuneração líquida	Subsídios de Férias e Natal	Encargos da Entidade Patronal	Restantes Despesas com Pessoal	Total das Despesas com Pessoal
Estimativa de Despesa com pessoal em 31-dez-2016	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	02 Dirigente Superior De 1º Grau	1	62 959,83	10 332,72	21 774,48	18 630,72	114 697,75
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	03 Dirigente Superior De 2º Grau	4	161 705,24	30 400,06	66 720,95	72 920,37	351 746,62
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	04 Dirigente Intermediário De 1º Grau	20	735 628,56	111 531,16	225 742,10	124 420,58	1 197 322,40
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	07 Técnico Superior	81	1 333 283,46	235 909,36	394 664,35	177 243,79	2 141 101,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	08 Assistente Técnico/ Técnico De Nível Intermediário/ Pessoal Administrativo	419	3 680 005,35	660 230,34	1 175 324,34	843 328,96	6 558 891,99
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	09 Assistente Operacional/ Operário/ Pessoal Auxiliar	933	6 287 466,24	1 065 881,02	2 003 184,11	2 001 933,21	11 338 464,58
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	11 Informático	16	316 450,68	52 668,48	93 633,09	45 057,46	507 809,71
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	20 Educ. Infância E Doc Do Ens. Básico E Secundário	3	75 560,17	12 650,62	21 030,81	3 188,92	112 770,52
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	21 Médico	1081	33 133 638,74	5 664 591,96	11 713 454,54	11 637 577,71	62 149 462,95
	Efetivos em funções fora organograma - Mapa Pessoal	22 Enfermeiro	1	26 371,68	7 358,18	12 063,46	19 204,90	63 998,22
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	23 Tec. Diagnóstico E Terapêutica	1935	20 377 903,10	3 498 755,36	6 585 227,58	5 125 474,82	35 585 360,86
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	24 Técnico Superior De Saúde	250	3 894 001,58	679 300,48	1 217 085,78	829 124,10	6 619 511,92
	Efetivos em funções fora organograma - Mapa Pessoal	25 Tec. Diagnóstico E Terapêutica	1	10 594,89	3 000,00	3 228,79	1 141,26	17 964,94
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	26 Técnico Superior De Saúde	64	1 445 924,17	249 968,60	430 087,41	182 499,33	2 308 479,51
	(2) Total 31-Dez-2016		4251	71 742 036,69	12 262 576,62	23 961 221,83	21 081 646,13	129 067 483,27

ANEXO II
Fundamentação do Orçamento de despesa com pessoal

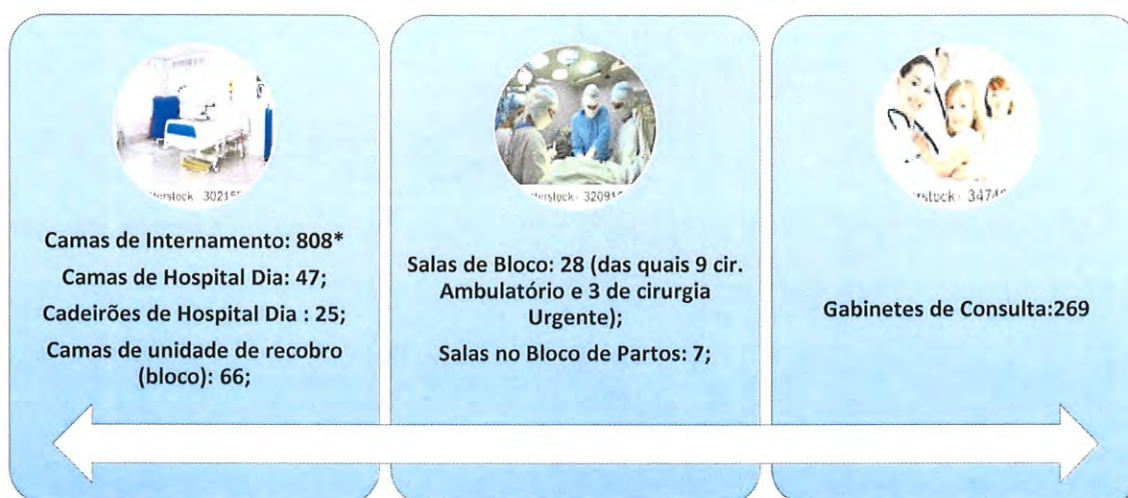
ORÇAMENTO: 2017 ORÇAMENTO DE ESTADO

SERVIÇO: 6520 CENTRO HOSPITALAR DO PORTO EPE

Pág. 3 de 3

	Tipo de Efetivo	Designação Cargo/Carreira/Grupo (Tabela SIOE)	Nº de postos de trabalho/efetivos	Remuneração Iliquida	Subsídios de Férias e Natal	Encargos da Entidade Patronal	Restantes Despesas com Pessoal	Total das Despesas com Pessoal
Pessoal a recrutar e prever de saídas (Para Estimativa de Despesa com pessoal em 2017)	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	02 Dirigente Superior De 1º Grau	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	03 Dirigente Superior De 2º Grau	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	04 Dirigente Intermédio De 1º Grau	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	07 Técnico Superior	5	72.068,60	12.014,60	19.974,81	5.941,14	110.019,35
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	08 Ajudante Técnico, Técnico De Nível Intermédio, Pessoal Administrativo	2	16.365,12	2.732,52	4.542,60	2.376,46	26.046,90
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	09 Ajudante Operacional, Operário, Pessoal Auxiliar	36	228.560,00	36.160,00	63.441,00	42.776,19	373.337,19
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	11 Informático	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	20 Educ. Infância E Doc Do Ens. Básico E Secundário	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	21 Médico	42	1.635.010,32	272.501,72	453.034,12	48.872,20	2.409.418,36
	Efetivos em funções fora organismo - Mapa Pessoal	21 Médico	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	22 Enfermeiro	16	230.664,16	38.447,36	63.918,74	19.011,64	352.061,90
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	23 Téc. Diagnóstico E Terapêutica	6	73.444,32	12.240,72	20.350,20	7.129,37	113.164,61
	Efetivos em funções fora organismo - Mapa Pessoal	23 Téc. Diagnóstico E Terapêutica	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	24 Técnico Superior De Saúde	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(3) Total Variação 2017		107	2.266.582,72	376.097,12	625.261,47	126.107,00	3.384.048,31

Plano de Infra-Estruturas e Equipamentos



* Inclui 34 berços



Equipamento de Imagem

- Angiografia Digital - 2;
- Ressonância Magnética - 2;
- Tomografia Axial Computadorizada - 3;
- Ecógrafo com e sem doppler -36;
- Mamografo - 1;
- Rad. telecomandada com Imagem digital - 1;
- Radiologia Fixa Convencional - 5;
- Radiologia Movei Convencional - 25;



Medicina Nuclear

- Câmara Gama - 2;
- Osteodensitometro (por RX) - 1;



Litotricia

- Equipamento de Litotricia Extracorporal - 1;



Hemodiálise

Postos de Hemodiálise - 17;

Medidas de Redução de Custos 2017

Eixo/Medidas	
Gestão do Acesso	
Cumprimento dos TMRG	Monitorização diária relativamente às neoplasias malignas (LIC) e está em curso a criação de um equipa administrativa para detetar os erros de origem no registo no SONHO que sucessivamente criam tempos artificialmente prolongados.
Gestão da partilha de Recursos SNS	
Compras Centralizadas	O CHP tem cumprido e participado em todos os concursos e processos de compra centralizada por parte da SPMS, estando disponível para contribuir com informação e continuar a participar em processos futuros.
Softwares e sistemas	O CHP utiliza e adopta todos os softwares e sistemas disponibilizados pela SPMS, disponibilizando-se sempre a ser Hospital Piloto, por forma a optimizar os seus processos e diminuir os investimentos.
Estrutura/Organização interna	Internamente, e tratando-se de um centro hospitalar, procederam-se a processos de fusão e centralização de todos os serviços possíveis por forma a minimizar custos e elevar a eficiência. O CHP tem projectos de consolidação de laboratórios e de Hospitais de dia.
Instalações	O CHP encerrou uma unidade hospitalar (H.J.Urbano) e oprepsetiva a transferência do centro de Genética por forma a libertar instalações alienáveis
Partilha Externa	O CHP disponibiliza-se para estudar um processo de realização MCDT (dentro das suas capacidades) prescritos pelos cuidados de Saúde Primários da sua área de influência.
Mobilidade Parcial de RH	
Mobilidade de RH	O CHP tem acedido a todos os pedidos de mobilidade de RH quer para fora ou para ingressar no Centro Hospitalar.

Na fase de elaboração do orçamento foram ainda identificadas as seguintes medidas:

- ✓ Otimização dos processos de compra por via de notas de crédito de rappel
- ✓ Reorganização das equipas cirúrgicas no sentido de aumento da produção cirúrgica convencional (doentes operados) em cerca de 5%
- ✓ Incentivar a ambulatorização de cirurgias, com aumento do nº de doentes operados em ambulatório de 5%
- ✓ Incentivar os serviços a ter produção adicional de consultas por forma a diminuir a LEC (Lista de Espera para Consulta): aumento de 3% em Primeiras Consultas
- ✓ Projeto "maca zero" do Serviço de Urgência
- ✓ Fase final dos processos de concentração da área da Mulher e da Criança no CMIM
- ✓ Contratação de Radiologistas e reorganização dos tempos dos Técnicos e dos Serviço de Radiologia e de Neurorradiologia com impacto na redução de subcontratação ao exterior
- ✓ Substituição da iluminação por iluminação LED (redução na despesa de eletricidade)
- ✓ Prestação de serviços de Análises Clínicas para os Centros de Saúde da área de influência, com custos marginais
- ✓ Novas iniciativas por forma a captar mais Ensaio Clínicos. Estima-se um crescimento de 10%

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

Com já referido O Centro Hospitalar do Porto, enquanto entidade abrangida pelo perímetro do Orçamento de Estado, desde o ano 2015, elaborou o seu Orçamento em Agosto de 2016 nos termos das orientações da Circular nº 1384 da Direção Geral do Orçamento de 27 de Julho, bem como através do Ofício Circular nº 9218/2016/DFI/UOC/ ACSS recebido a 29 de Julho de 2016 e do ofício circular nº 9354 de 04 de Agosto, onde foi estabelecido o plafond do CHP a receber como forma de adiantamento do Contrato Programa de 2017, bem como outros pressupostos orçamentais transmitidos e tidos em conta na elaboração do Orçamento de 2017.

No Início do ano de 2017, após conhecido o referencial da contratualização para 2017 (em Novembro de 2017) e ocorrida a fase de negociação com ARS, o CHP assinou o Contrato programa 2017, ficando nele estabelecidas as metas de produção acordadas, bem como o orçamento de custos e proveitos constantes dos anexos ao referido contrato e atendendo à valorização de custos e proveitos decorrentes da proposta de produção fechada nessa data.

Assim, as Demonstrações Financeiras Previsionais apresentadas neste plano de Atividades e Orçamento, estão em consonância com as constantes do Contrato Programa assinado (aliás conforme definido no Artigo 24 alínea a) do decreto-lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro).

Refira-se no entanto que os valores de 2016 (coluna estimado), consideradas nas demonstrações anexas ao contrato programa de 2017, resultam da última projecção à data de negociação do Contrato Programa. Após conhecidos os valores da execução real do ano 2016 (coluna realizado) verifica-se que algumas rubricas apresentam diferenças consideráveis.

As projecções do ano 2018 e 2019 apresentam um alinhamento próximo aos valores projetados para o ano 2017 no pressuposto de uma manutenção de uma estrutura de custos idêntica e de valores iguais ao contrato programa de 2017.

6.1. PLANO DE INVESTIMENTOS/FINANCIAMENTOS

Plano de Investimentos

Investimento	2016		2017		2018		2019		Investimento Total
	Autofinancia- mento	Cofinanciam. comunitário	Autofinancia- mento	Cofinanciam. comunitário	Autofinancia- mento	Cofinanciam. comunitário	Autofinancia- mento	Cofinanciam. comunitário	
Novo edifício da CE e Hdia							12.300.000 €		12.300.000 €
Renovação da ala Norte do Edifício Neoclássico					3.690.000 €				3.690.000 €
Cirurgia Robotica e sala							3.075.000 €		3.075.000 €
POCI-02-0550-FEDER-012643 - Desmaterialização e automatização de processos clínico-administrativos, como suporte a novos modelos organizacionais									
Âmbito I - Desmaterialização, Otimização e Automatização de Processos	0 €	0 €	362.143 €	2.052.146 €	85.908 €	486.813 €			2.987.011 €
Âmbito II - Qualidade e Eficiência de Serviços aos Clientes									
Âmbito III - Qualidade e Eficiência de Serviços de TI									
Remodelação da Cozinha - Obras e Equipamentos			200.000 €		1.153.000 €				1.353.000 €
RM no CMIN			922.500 €						922.500 €
Concentração dos Laboratórios do CGM dentro do CHP			258.300 €		602.700 €				861.000 €
2 Equipamentos de Tomografia Computorizada superior a 16 cortes					760.000 €				760.000 €
Upgrade Equipamento de Ressonância Magnética 1,5 Tesla					750.000 €				750.000 €
Farmácia de Ambulatório - Obras (incluindo AVAC) + Robot de dispensa de medicamentos			613.286 €						613.286 €
Ampliação do Serviço de Urgência para a criação de uma nova Sala de OBS: O objetivo da construção de uma Nova Sala de OBS do visa a promoção de melhores condições de atendimento, avaliação, estabilização e estudo dos doentes muito urgentes e urgentes que recorrem a esta unidade, em condições de habitabilidade dignas e com nível de vigilância ajustado às necessidades impostas pela evolução da boa prática clínica.	0 €		149.923 €		224.885 €				587.308 €
Pixys Para Blocos de(Ortopedia, Neurocirurgia , Neoclássico e CICA)+CMIN					555.000 €				555.000 €
Unidade de Queimados Pediátrica - Obra e Equipamentos					500.000 €				500.000 €
Quarta sala de BO de Ortopedia - Obra			369.000 €						369.000 €
Aquisição – 500 postos de trabalho (computador e monitor)+ 100 Impressoras			349.935 €						349.935 €
CPI/35/2016 – Aquisição de mamógrafo			319.800 €						319.800 €
CPI/125/2016-Aquisição de Sistema de Neuronavegação para o Bloco Operatório de Neurocirurgia			307.500 €						307.500 €
Aquisição de Camas eletricas para substituir as existentes nas enfermarias dos Serviços Cirurgicos sendo as atuais com mais de 25 anos;							286.839 €		286.839 €
CP/74/2016 – Aquisição de 4 Ecógrafos para Radiologia			282.900 €						282.900 €
POCI-02-0550-FEDER-021964 - Virtualização de desktops e desenvolvimento de posto de trabalho em software livre									
A operação integra dois eixos de atuação:	0 €	0 €	11.078 €	62.777 €	31.099 €	176.228 €			281.182 €
1) Instalação de posto de trabalho em software livre									
2) Virtualização de desktops									
8 Ventiladores para substituir os atuais com mais de 15 anos e dificuldade de reparação por descontinuação dos mesmos;							280.000 €		280.000 €
1 Mesa Telecomandada Digital Direta			270.000 €						270.000 €
2 Intensificadores de imagem para substituir os atuais com mais 15 anos;					250.000 €				250.000 €
Criação de OBS de cadeirões (capacidade 50 doentes)			246.000 €						246.000 €
Alteração da atual TCE com criação de area de internamento de Endocrinologia e Unidade de Neurocríticos			246.000 €						246.000 €
CP/29/2016 – Aquisição de monitores e Central de monitorização para o Serviço de Cuidados Intensivos			211.555 €						211.555 €
POCI-02-0550-FEDER-007802 - Estabelecer um Sistema de Gestão da Segurança da Informação Clínica e um Sistema de Gestão de Serviços de TI no CHP									
A operação integra dois eixos de atuação:	2.943 €	16.676 €	25.697 €	145.616 €					190.932 €
A - Sistema de Gestão da Segurança da Informação Clínica (SGSIC), recorrendo às norma ISO 27001 e 27799.									
B - Sistema de Gestão de Serviços de TI (SGS), recorrendo à norma ISO 20000.									
Reposição de equipamentos Emergentes					2.500.000 €		2.500.000 €		5.000.000 €
Equipamento básico Médico Cirúrgico diverso			759.829 €		343.100 €		37.500 €		1.140.429 €
Equipamento básico De imagiologia diverso			433.129 €		75.000 €				508.129 €
Edifícios e outras construções diverso			270.069 €						270.069 €
Equipamento básico Desinfecção e esterilização diverso			213.713 €						213.713 €
Equipamento básico De laboratório diverso			99.310 €						99.310 €
Equipamento de informática e software informático diverso			91.635 €						91.635 €
Equipamento de transporte diverso					45.000 €				45.000 €
Outros investimentos diversos			251.018 €		61.381 €				312.399 €
Total	2.943 €	16.676 €	7.264.321 €	2.260.539 €	11.627.073 €	663.041 €	18.479.339 €		40.526.431 €

O Plano de Investimentos para 2017 e anos seguintes, integra-se na estratégia definida nos últimos anos e reflete os grandes projetos assumidos pelo Conselho de Administração, no que respeita essencialmente aos projetos de: desmaterialização dos processos clínico-administrativos, de ampliação do Serviço de Urgência, da renovação e aquisição de grandes equipamentos, da remodelação da cozinha, de remodelação da ala Norte (fração norte do corpo central do edifício neoclássico), das instalações da Farmácia, entre outros, bem como as verbas para acomodar as necessidades de Investimento, manifestadas pelos serviços submetidos à apreciação do Conselho de Administração a quem caberá geri-las no âmbito das fortes restrições orçamentais.

Considera-se ainda todo o restante investimento essencial à reposição de equipamentos e obras necessárias no normal funcionamento do CHP, que gere cerca de 4.000 funcionários e 7 instalações físicas, sendo uma das quais do século XIX, bem como todo o investimento emergente e necessário a acomodar os processos de integração e fusão de serviços e estruturas tendo em vista prosseguir a trajetória de rentabilização de meios e recursos disponíveis (iniciada há quase 10 anos com a constituição do Centro Hospitalar).

Unidades: em Euros

	Orçamento (Ano 2016)	Orçamento (Ano 2017)	Orçamento (Ano 2018)	Orçamento (Ano 2019)
41-Investimentos financeiros	67.457,72			
42-Imobilizações corpóreas				
421 - Terrenos e Recursos Naturais				
422 - Edifícios e Outras Construções	1.036.539,25	1.578.292,02	6.048.084,86	12.300.000,00
423 - Equipamento Básico				
4231-Médico-cirúrgico	1.538.367,88	1.548.884,47	3.093.100,00	5.892.500,00
4232-De imagiologia	328.140,63	1.958.329,35	1.835.000,00	0,00
4233-De laboratório	234.431,20	99.309,58	0,00	0,00
4234-Mobiliário hospitalar	323.198,90	1.110.304,12	616.381,07	286.838,55
4235-De desinfeção e esterilização	52.734,96	213.712,50	0,00	0,00
4236-De hotelaria	85.861,65	0,00	0,00	0,00
4239-Outros	526.133,27	0,00	0,00	0,00
424 - Equipamento de Transporte	35.460,90	0,00	45.000,00	0,00
425 - Ferramentas e Utensílios	4.229,68	0,00	0,00	0,00
426 - Equipamento administrativo e Informático				
4261-Equipamento administrativo	140.188,42	0,00	0,00	0,00
4262-Equipamento informático	652.421,29	3.101.027,73	780.048,29	0,00
427 - Taras e Vasilhame				
429 - Outras Imobilizações Corpóreas	1.783,50			
42-Imobilizações corpóreas	4.959.491,53	9.609.859,77	12.417.614,22	18.479.338,55
43-Imobilizações incorpóreas				
431 - Despesas de Instalação				
432 - Despesas de Investigação e Desenvolvimento				
43-Imobilizações incorpóreas				
44-Imobilizações em Curso	3.078.679,21	0,00	0,00	0,00
44-Imobilizações em Curso	3.078.679,21	0,00	0,00	0,00
45-Bens de domínio público				
45-Bens de domínio público				
Auto-investimento (%)				

Orçamento Económico - Investimentos

41-Investimentos financeiros		67.457,7	0,0	0,0	0,0
% s/ Total Geral		0,83%	0,00%	0,00%	0,00%
42-Imobilizações corpóreas		4.959.491,5	9.609.859,8	12.417.614,2	18.479.338,6
% s/ Total Geral		61,19%	100,00%	100,00%	100,00%
43-Imobilizações incorpóreas		0,0	0,0	0,0	0,0
% s/ Total Geral		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
44-Imobilizações em Curso		3.078.679,2	0,0	0,0	0,0
% s/ Total Geral		37,98%	0,00%	0,00%	0,00%
45-Bens de domínio público		0,0	0,0	0,0	0,0
% s/ Total Geral		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL Geral		8.105.628,5	9.609.859,8	12.417.614,2	18.479.338,6

6.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

	Realizado 2015	Estimado 2016	Realizado 2016	Previsto 2017	Previsto 2018	Previsto 2019
61-Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas						
612-Mercadorias						
616-Matérias de consumo	113.194.811,70	113.415.634,49	119.224.831,58	110.806.014,30	110.806.014,30	110.806.014,30
6161-Produtos Farmacêuticos	86.492.545,67	87.250.000,00	90.438.937,77	84.607.172,06	84.607.172,06	84.607.172,06
61611-Medicamentos	76.722.010,94	76.500.000,00	79.641.703,99	74.607.172,06	74.607.172,06	74.607.172,06
61612/9-Reagentes/Outros produtos farmacêuticos	9.770.534,73	10.750.000,00	10.797.233,78	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00
6162-Material consumo clínico	23.954.184,35	23.800.000,00	26.461.767,40	23.600.000,00	23.600.000,00	23.600.000,00
6163-Produtos alimentares	8.866,36	6.200,00	6.070,92	3.766,85	3.766,85	3.766,85
6164-Material consumo hoteleiro	1.657.412,78	1.200.000,00	1.155.449,48	1.435.640,90	1.435.640,90	1.435.640,90
6165-Material consumo administrativo	513.488,54	523.191,75	517.717,07	523.191,75	523.191,75	523.191,75
6166-Material manutenção e conservação	568.314,00	636.242,74	644.888,94	636.242,74	636.242,74	636.242,74
6169-Outro material de consumo						
61-Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	113.194.811,70	113.415.634,49	119.224.831,58	110.806.014,30	110.806.014,30	110.806.014,30
62-Fornecimentos e serviços externos						
621-Subcontratos			8.289.721,15			
6211-Assistência ambulatoria						
6212-Meios complementares diagnóstico						
62121-Patologia clínica						
62122-Anatomia patológica						
62123-Imagiologia						
62124-Cardiologia						
62125-Electroencefalografia						
62126-Medicina nuclear						
62127-Gastroenterologia						
62128-Pneumologia/Imunologia/Imunologia						
62129-Outros						
6213-Meios complementares terapêutica						
62131-Hemodiálise						
62132-Medicina física e reabilitação						
62133-Ultradecia						
62139-Outros						
6214-Prescrição medicam. e cuid. farmac.						
6215-Internamentos						
6216-Transporte de doentes						
6217-Aparelhos complementares de terapêutica						
6218-Trabalhos executados no exterior	7.079.044,56	7.031.281,32	8.289.721,15	5.323.512,45	5.323.512,45	5.323.512,45
62181-Em entidades do M. Saúde	1.413.522,91	3.792.894,49	3.846.506,37	2.640.951,97	2.640.951,97	2.640.951,97
621811-Assistência ambulatoria						
621812-Meios complementares de diagnóstico	610.573,62	407.335,38	567.587,09	407.335,38	407.335,38	407.335,38
621813-Meios complementares de terapêutica	110.004,94	2.385.559,11	2.310.200,36	1.523.205,77	1.523.205,77	1.523.205,77
621814-Prescrição medicam. e cuid. farmac.				0,00	0,00	0,00
621815-Internamentos e transporte de doentes				0,00	0,00	0,00
621819-Outros trabalhos executados no exterior	692.944,35	1.000.000,00	968.718,92	710.410,82	710.410,82	710.410,82
62189-Em outras entidades	5.665.521,65	3.238.386,83	4.443.214,78	2.682.560,48	2.682.560,48	2.682.560,48
621891-Assistência ambulatoria						
621892-Meios complementares diagnóstico	1.452.393,99	900.000,00	1.352.972,24	900.000,00	900.000,00	900.000,00
621893-Meios complementares terapêutica	1.521.979,23	200.000,00	297.919,32	150.595,61	150.595,61	150.595,61
621894-Prescrição medicam. e cuid. farmac.						
621895-Internamentos e transporte de doentes	826.147,98	921.462,06	1.428.558,17	675.000,00	675.000,00	675.000,00
621896-Aparelhos complementares de terapêutica	609.806,97	636.110,90	815.739,52	456.964,87	456.964,87	456.964,87
621897-Assistência no estrangeiro	1.255.193,48	580.813,87	548.025,53	500.000,00	500.000,00	500.000,00
621898-Termalismo social						
621899-Outros trabalhos executados no exterior						
6219-Outros subcontratos						
621-Subcontratos	7.079.044,56	7.031.281,32	8.289.721,15	5.323.512,45	5.323.512,45	5.323.512,45
622-Fornecimentos e serviços						
6221-Fornecimentos e serviços I	6.572.679,63	7.000.000,00	6.968.691,56	6.790.000,00	6.790.000,00	6.790.000,00
6222-Fornecimentos e serviços II	1.024.948,61	850.000,00	866.258,99	730.000,00	730.000,00	730.000,00
62229 - Honorários	397.171,62	350.000,00	342.714,35	400.000,00	400.000,00	400.000,00
6223-Fornecimentos e serviços III	13.523.875,44	13.300.000,00	14.693.025,27	11.683.340,04	11.683.340,04	11.683.340,04
62236 - Trabalhos Especializados	6.039.691,63	7.099.873,00	7.076.530,01	6.099.873,00	6.099.873,00	6.099.873,00
622364-Serviços Técnicos Recursos Humanos	1.434.840,19	1.399.400,06	1.524.411,65	1.399.400,06	1.399.400,06	1.399.400,06
6223641-Serviços Técnicos Rec. Humanos prestados por Inst. do Min.	135.445,19	169.306,30	121.435,65	169.306,30	169.306,30	169.306,30
62236411-Serv. Téc. RH prestados por Inst. Min. Saúde - De cuidados	88.115,13	109.752,82	98.619,29	109.752,82	109.752,82	109.752,82
6229-Outros fornecimentos e serviços	96.000,90	129.628,30	121.724,78	129.628,30	129.628,30	129.628,30
622-Fornecimentos e serviços	21.217.504,58	21.279.628,30	22.649.700,60	19.332.968,34	19.332.968,34	19.332.968,34
63-Transf. correntes conced. e prest. sociais						

	Realizado 2015	Estimado 2016	Realizado 2016	Previsto 2017	Previsto 2018	Previsto 2019
64-Custos com o pessoal						
641-Remunerações dos órgãos directivos	361.391,86	358.349,09	372.302,05	377.074,50	377.074,50	377.074,50
642-Remunerações de pessoal	96.031.962,62	102.847.926,56	104.372.647,90	105.548.996,32	105.548.996,32	105.548.996,32
6421-Remunerações base do pessoal	66.934.012,90	71.891.878,17	72.042.694,27	73.839.042,51	73.839.042,51	73.839.042,51
64211-RCTFP por tempo indeterminado	36.132.167,65	37.125.328,45	37.126.781,70	37.637.089,13	37.637.089,13	37.637.089,13
64212-Pessoal c/ contrato a termo resolutivo	8.117.397,88	9.077.232,09	8.566.528,10	8.872.174,47	8.872.174,47	8.872.174,47
64213-Pessoal em regime Contrato Individual	22.117.724,02	25.046.340,58	25.672.411,44	26.697.706,43	26.697.706,43	26.697.706,43
64214-Pessoal em qualquer outra situação	566.723,35	642.977,05	676.973,03	632.072,48	632.072,48	632.072,48
6422-Suplementos de remunerações	17.252.525,38	18.531.146,46	19.494.671,81	18.891.149,38	18.891.149,38	18.891.149,38
642211-Horas extraordinárias	4.713.968,00	4.708.353,46	5.291.227,47	4.900.506,15	4.900.506,15	4.900.506,15
642212-Prevenções	462.482,56	540.311,55	525.180,22	663.470,06	663.470,06	663.470,06
642221-Noites e suplementos	2.557.925,18	3.053.929,88	3.102.060,92	3.112.720,34	3.112.720,34	3.112.720,34
642222-Subsídio de turno		0,00		0,00	0,00	0,00
642223-Abono para falhas	1.873,60	976,46	931,95	918,14	918,14	918,14
64224-Subsídio de refeição	3.649.879,65	3.898.456,53	3.721.596,36	3.663.551,23	3.663.551,23	3.663.551,23
64225-Ajudas de custo	22.637,96	23.602,79	22.384,45	35.500,72	35.500,72	35.500,72
64226/7-Vestuário e Art. Pess/Alim. e Alojam.		0,00				
642281-PECEC/SIGIC	2.198.201,30	2.099.434,36	2.928.993,06	2.315.625,11	2.315.625,11	2.315.625,11
642282/9-Outros Suplementos	3.645.557,13	4.206.081,43	3.902.297,38	4.198.857,63	4.198.857,63	4.198.857,63
6423-Prestações sociais directas	200.308,66	219.665,83	216.234,46	200.861,47	200.861,47	200.861,47
6424-Subsídios de férias e de Natal	11.645.115,68	12.205.236,10	12.619.047,36	12.617.942,96	12.617.942,96	12.617.942,96
6425 - Prémios de desempenho		0,00		0,00	0,00	0,00
643-Pensões	299.180,67	105.391,05	105.900,65	31.027,29	31.027,29	31.027,29
645-Encargos sobre remunerações	22.463.411,08	23.687.198,16	24.221.224,12	24.586.483,30	24.586.483,30	24.586.483,30
646-Seguros de acid.trab. e doenças profissionais	456.101,57	680.609,58	590.051,71	675.000,00	675.000,00	675.000,00
647-Encargos sociais voluntários	305.627,67	311.155,85	288.688,11	130.378,23	130.378,23	130.378,23
648-Outros custos com pessoal	1.161.357,40	1.076.852,72	1.124.994,59	102.571,94	102.571,94	102.571,94
649-Estágios Profissionais	27.998,20					
64-Custos com o pessoal	121.107.031,07	129.067.483,01	131.075.809,13	131.451.531,58	131.451.531,58	131.451.531,58
65-Outros custos e perdas operacionais	309.660,76	210.047,00	220.605,45	210.047,00	210.047,00	210.047,00
66-Amortizações do exercício	5.164.985,56	6.000.000,00	5.088.008,82	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
67-Provisões do exercício	394.592,31	100.000,00	569.648,62	100.000,00	100.000,00	100.000,00
68-Custos e perdas financeiras	26.851,92	23.730,24	60.761,07	23.730,24	23.730,24	23.730,24
69-Custos e perdas extraordinários	534.508,78	84.606,57	185.472,00			
Demonstração de Resultados - Custos						
61-Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	113.194.811,70	113.415.634,49	119.224.831,58	110.806.014,30	110.806.014,30	110.806.014,30
% s/ Total Geral	42,08%	40,91%	41,49%	40,55%	40,55%	40,55%
621-Subcontratos	7.079.044,56	7.031.281,32	8.289.721,15	5.323.512,45	5.323.512,45	5.323.512,45
% s/ Total Geral	2,63%	2,54%	2,88%	1,95%	1,95%	1,95%
622-Fornecimentos e serviços	21.217.504,58	21.279.628,30	22.649.700,60	19.332.968,34	19.332.968,34	19.332.968,34
% s/ Total Geral	7,89%	7,68%	7,88%	7,08%	7,08%	7,08%
63-Transf. correntes conced. e prest. sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% s/ Total Geral	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
64-Custos com o pessoal	121.107.031,07	129.067.483,01	131.075.809,13	131.451.531,58	131.451.531,58	131.451.531,58
% s/ Total Geral	45,02%	46,56%	45,61%	48,11%	48,11%	48,11%
642211-Horas extraordinárias	4.713.968,00	4.708.353,46	5.291.227,47	4.900.506,15	4.900.506,15	4.900.506,15
% s/ Total Geral	1,75%	1,70%	1,84%	1,79%	1,79%	1,79%
642212-Prevenções	462.482,56	540.311,55	525.180,22	663.470,06	663.470,06	663.470,06
% s/ Total Geral	0,17%	0,19%	0,18%	0,24%	0,24%	0,24%
65-Outros custos e perdas operacionais	309.660,76	210.047,00	220.605,45	210.047,00	210.047,00	210.047,00
% s/ Total Geral	0,12%	0,08%	0,08%	0,08%	0,08%	0,08%
66-Amortizações do exercício	5.164.985,56	6.000.000,00	5.088.008,82	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
% s/ Total Geral	1,92%	2,16%	1,77%	2,20%	2,20%	2,20%
67-Provisões do exercício	394.592,31	100.000,00	569.648,62	100.000,00	100.000,00	100.000,00
% s/ Total Geral	0,15%	0,04%	0,20%	0,04%	0,04%	0,04%
68-Custos e perdas financeiras	26.851,92	23.730,24	60.761,07	23.730,24	23.730,24	23.730,24
% s/ Total Geral	0,01%	0,01%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%
69-Custos e perdas extraordinários	534.508,78	84.606,57	185.472,00	0,00	0,00	0,00
% s/ Total Geral	0,20%	0,03%	0,06%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL Geral	269.028.991,24	277.212.410,93	287.364.558,42	273.247.803,91	273.247.803,91	273.247.803,91
Custos com Pessoal Ajustados	122.939.042,88	130.816.883,07	132.942.935,13	133.250.931,64	133.250.931,64	133.250.931,64
Outros Custos Operacionais	145.528.587,66	146.287.191,05	154.175.390,22	139.973.142,03	139.973.142,03	139.973.142,03
% Custos com HE, Suplementos e FSE	12,72%	12,67%	13,44%	12,93%	12,93%	12,93%
Custos Operacionais		277.104.074,12	287.118.325,35	273.224.073,67	273.224.073,67	273.224.073,67
Custos Operacionais relevantes para EBITDA	262.908.052,67	271.004.074,12	281.460.667,91	267.124.073,67	267.124.073,67	267.124.073,67

	Realizado 2015	Estimado 2015	Realizado 2016	Previsto 2017	Previsto 2018	Previsto 2019
71-Vendas e prestações de serviços						
711-Vendas						
712-Prestações de serviços	249.898.565,44	256.491.489,09	257.059.316,99	254.691.688,94	254.691.688,94	254.691.688,94
7121 - SNS Contrato-programa	241.079.527,27	247.575.581,46	248.401.095,67	242.685.972,64	242.685.972,64	242.685.972,64
71211-Internamento - SNS CP	78.578.340,50	81.559.549,03	82.230.227,95	85.247.127,87	85.247.127,87	85.247.127,87
712111-GDH Médicos	39.923.707,88	42.121.431,73	43.772.109,02	50.047.522,90	50.047.522,90	50.047.522,90
712112-GDH Cirúrgicos	26.578.459,64	27.118.915,91	26.443.388,74	22.290.873,87	22.290.873,87	22.290.873,87
712113-GDH Cirúrgicos Urgentes	11.162.452,49	11.263.940,09	11.084.253,86	11.877.085,60	11.877.085,60	11.877.085,60
712114-Das Internamento Doentes Crónicos	913.720,50	1.055.261,30	930.476,33	1.031.645,50	1.031.645,50	1.031.645,50
71212-Consulta - SNS CP	44.305.995,39	44.988.098,56	44.921.768,18	44.692.354,00	44.692.354,00	44.692.354,00
712121-Primeiras Consultas	11.540.100,60	12.590.223,03	12.046.998,20	11.900.692,00	11.900.692,00	11.900.692,00
712122-Consultas Subsequentes	32.765.894,78	32.397.875,53	32.874.769,98	32.791.662,00	32.791.662,00	32.791.662,00
71213-Urgência/SAP - SNS CP	12.391.849,43	10.890.000,00	12.164.461,57	11.000.000,00	11.000.000,00	11.000.000,00
712131-Atendimentos (SU-Polivalente)	12.391.849,43	10.890.000,00	12.164.461,57	11.000.000,00	11.000.000,00	11.000.000,00
712132-Atendimentos (SU-Médica Cirúrgica)						
712139-Atendimentos (SU-Básica)						
71214-GDH Ambulatório	28.412.456,12	25.883.716,20	26.052.289,64	25.542.544,14	25.542.544,14	25.542.544,14
712141-GDH Cirúrgicos	23.694.357,53	20.561.112,83	20.855.395,38	20.885.161,98	20.885.161,98	20.885.161,98
712142-GDH Médicos	4.718.098,59	5.322.603,37	5.196.894,26	4.657.382,16	4.657.382,16	4.657.382,16
71215-Hospital de dia - SNS CP	1.921.153,84	1.557.263,07	2.015.944,95	1.479.680,00	1.479.680,00	1.479.680,00
71218-Outras Prestações de Serviços de Saúde - SNS CP	77.581.622,29	80.750.878,74	74.724.266,63	74.724.266,63	74.724.266,63	74.724.266,63
712181-Serviço domiciliário - SNS CP	64.988,54	86.503,23	107.044,88	109.288,00	109.288,00	109.288,00
712182-Programas de gestão da doença crónica	49.926.045,61	52.155.238,17	50.673.180,93	52.984.005,00	52.984.005,00	52.984.005,00
712183-Saúde Sexual e Reprodutiva	1.061.632,49	1.242.971,52	1.173.700,40	1.268.384,00	1.268.384,00	1.268.384,00
7121831-IVG até às 10 semanas	287.912,70	298.290,87	294.707,10	301.198,00	301.198,00	301.198,00
7121832-PMA Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade	667.324,00	833.899,97	761.669,76	846.253,00	846.253,00	846.253,00
7121833-Diagnóstico Pré-Natal	106.395,79	110.780,68	117.323,54	120.933,00	120.933,00	120.933,00
712184-Plano de convergência/Custos de Contexto - SNS CP	18.605.581,96	17.757.539,13	21.677.972,52	12.134.298,63	12.134.298,63	12.134.298,63
712185-Valor Capitulacional (valor a facturar pelas ULS) - SNS CP				0,00	0,00	0,00
712186-Sessões de Radioterapia				0,00	0,00	0,00
712187-Medicamentos de cedência em ambulatório	3.885.520,47	3.960.000,00	4.030.266,95	4.050.000,00	4.050.000,00	4.050.000,00
712188-Internos	1.925.962,92	2.379.370,24	2.403.404,28	2.656.616,00	2.656.616,00	2.656.616,00
712189-Outras prestações serviços de saúde - SNS CP			685.308,78	1.521.675,00	1.521.675,00	1.521.675,00
71219 - Outras prestações de serviços - SNS CP	5.115.332,31	265.524,64				
7122 - Outras Entidades Responsáveis	8.819.038,17	8.915.907,63	8.658.221,32	12.005.716,30	12.005.716,30	12.005.716,30
71221-Internamento - Outras Ent Resp	801.649,60	900.000,00	1.150.439,65	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00
71222-Consulta - Outras Ent Resp	37.127,97	29.593,85	27.138,51	29.593,85	29.593,85	29.593,85
71223-Urgência/SAP	371.155,53	318.489,75	420.548,97	368.489,75	368.489,75	368.489,75
712231-Urgência		318.489,75	420.548,97	368.489,75	368.489,75	368.489,75
712232-Serviço de atendimento permanente						
712239-Outros						
71224-Quartos particulares - Outras Ent Resp						
71225-Hospital de dia - Outras Ent Resp						
71226-Meios compl. de diagnóstico e terapêutica - Outras Ent R	4.576.830,55	5.266.123,38	4.589.542,83	5.605.932,05	5.605.932,05	5.605.932,05
712261-Meios complementares diagnóstico - Outras Ent Resp	2.199.676,70	2.417.646,27	2.215.455,11	2.557.455,27	2.557.455,27	2.557.455,27
7122611-Patologia Clínica	1.411.985,31	1.860.191,00	1.605.957,71	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
7122612-Anatomia patológica	81.300,60	53.849,27	91.578,10	53.849,27	53.849,27	53.849,27
7122613-Imagiologia	96.397,46	63.848,64	97.387,35	63.848,64	63.848,64	63.848,64
7122614-Cardiologia	909,30	602,27	402,40	602,27	602,27	602,27
7122616-Medicina nuclear	4.324,50	2.864,32	3.306,20	2.864,32	2.864,32	2.864,32
7122617-Gastreenterologia	54.685,20	71.950,29	70.885,60	71.950,29	71.950,29	71.950,29
7122619-Outros	550.074,33	364.340,48	345.937,75	364.340,48	364.340,48	364.340,48
712262-Meios complementares terapêutica - Outras Ent Resp	2.377.153,85	2.848.477,11	2.374.087,72	3.048.476,78	3.048.476,78	3.048.476,78
7122621-Hemodiálise	2.345.592,76	2.810.658,33	2.354.812,29	3.010.658,00	3.010.658,00	3.010.658,00
7122622-Medicina física e de reabilitação	542,92	650,57	1.674,50	650,57	650,57	650,57
7122623-Litotricia			0,00	0,00	0,00	0,00
7122624-Quimioterapia			0,00	0,00	0,00	0,00
7122625-Radioterapia			0,00	0,00	0,00	0,00
7122629-Outros	31.018,17	37.168,21	17.600,93	37.168,21	37.168,21	37.168,21
71227 - Taxas moderadoras Outras Ent Resp - Total	2.960.248,35	2.276.097,65	2.409.837,19	2.276.097,65	2.276.097,65	2.276.097,65
712271 - Consultas - Outras Ent Resp	1.162.869,28	894.115,53	896.778,74	894.115,53	894.115,53	894.115,53
712272 - Urgência/SAP - Outras Ent Resp	597.673,78	459.543,84	459.342,36	459.543,84	459.543,84	459.543,84
712273 - Internamento - Outras Ent Resp	2.111,80	1.623,74	20,40	1.623,74	1.623,74	1.623,74
712276 - Meios complementares diagnóst. e terapêut. - Outras Ent Resp	1.197.010,04	920.365,93	1.053.514,69	920.365,93	920.365,93	920.365,93
712279 - Outros - Outras Ent Resp	583,45	448,61	181,00	448,61	448,61	448,61
71228-Outras Prestações de Serviços de Saúde - Outras Ent Re	25.097,67	27.504,10	22.806,67	2.527.504,10	2.527.504,10	2.527.504,10
712281-Serviço domiciliário - Outras Ent Resp		0,00				
712282-GDH de Ambulatório - Outras Ent Resp	25.097,67	27.504,10	22.806,67	27.504,10	27.504,10	27.504,10
7122821-GDH Cirúrgicos	23.942,71	26.238,40	11.455,41	26.238,40	26.238,40	26.238,40
7122822-GDH Médicos	1.154,96	1.265,70	11.351,26	1.265,70	1.265,70	1.265,70
712289-Outras prestações serviços de saúde - Outras Ent Resp				2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
71229 - Outras prestações de serviços Outras Ent Resp - Total	46.928,50	98.098,90	37.907,50	98.098,90	98.098,90	98.098,90
712291 - Convenções internacionais - Outras Ent Resp						
712294 - Unidades terapêuticas de Sangue - Outras Ent Resp	4.264,00	8.913,43		8.913,43	8.913,43	8.913,43
712295 - Serviços prestados pela ACS, IP - Outras Ent Resp						
712296 - Análises sanitárias - Outras Ent Resp						
712299 - Outras	42.664,50	89.185,47	37.907,50	89.185,47	89.185,47	89.185,47
71-Vendas e prestações de serviços	249.898.565,44	256.491.489,09	257.059.316,99	254.691.688,94	254.691.688,94	254.691.688,94

	Realizado 2015	Estimado 2016	Realizado 2016	Previsto 2017	Previsto 2018	Previsto 2019
72-Impostos e taxas						
73-Proveitos suplementares	809.616,58	861.770,64	763.858,18	861.770,64	861.770,64	861.770,64
74-Transf. e subsídios correntes obtidos						
741-Transferências-Tesouro						
742-Transferências correntes obtidas	41.669,88					
7421-Da ACSS						
7422-Do PDDAC						
7423-Do FSE						
7429-Outras Transferências Correntes Obtidas	41.669,88					
743-Sub. correntes obtidos-Outros entes públicos						
749 - Sub. correntes obtidos-De outras entidades						
74-Transf. e subsídios correntes obtidos	41.669,88					
75 - Trabalhos para a própria entidade						
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais						
7611-ACSS IP	8.015.641,05	7.450.672,00	9.123.619,43	7.412.654,00	7.412.654,00	7.412.654,00
762 - Reembolsos	2.208.031,67	2.086.025,59	3.140.019,74	2.686.025,29	2.686.025,29	2.686.025,29
763 - Produtos de fabricação interna		0,00		0,00	0,00	0,00
768 - Outros não espec. alheios valor acrescentado	357,00	7.839,08		7.839,08	7.839,08	7.839,08
769 - Outros	1.570.454,03	918.934,36	1.677.091,07	1.468.934,00	1.468.934,36	1.468.934,36
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	11.794.483,75	10.463.471,03	13.940.730,24	11.575.452,37	11.575.452,73	11.575.452,73
78 - Proveitos e ganhos financeiros	127.068,78	45.000,00	28.207,41	45.000,00	45.000,00	45.000,00
79 - Proveitos e ganhos extraordinários	755.056,97	269.698,78	1.417.011,37			
Demonstração de Resultados - Proveitos						
71-Vendas e prestações de serviços	249.898.565,44	256.491.489,09	257.059.316,99	254.691.688,94	254.691.688,94	254.691.688,94
% s/ Total Geral	94,86%	95,66%	94,09%	95,33%	95,33%	95,33%
72-Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% s/ Total Geral	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
73-Proveitos suplementares	809.616,58	861.770,64	763.858,18	861.770,64	861.770,64	861.770,64
% s/ Total Geral	0,31%	0,32%	0,28%	0,32%	0,32%	0,32%
74-Transf. e subsídios correntes obtidos	41.669,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% s/ Total Geral	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
75 - Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% s/ Total Geral	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	11.794.483,75	10.463.471,03	13.940.730,24	11.575.452,37	11.575.452,73	11.575.452,73
% s/ Total Geral	4,48%	3,90%	5,10%	4,33%	4,33%	4,33%
78 - Proveitos e ganhos financeiros	127.068,78	45.000,00	28.207,41	45.000,00	45.000,00	45.000,00
% s/ Total Geral	0,05%	0,02%	0,01%	0,02%	0,02%	0,02%
79 - Proveitos e ganhos extraordinários	755.056,97	269.698,78	1.417.011,37	0,00	0,00	0,00
% s/ Total Geral	0,29%	0,10%	0,52%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL Geral	263.426.461,40	268.131.429,54	273.209.124,19	267.173.911,95	267.173.912,31	267.173.912,31
Resultados Operacionais	-5.923.294,89	-9.287.343,36	-15.354.419,94	-6.095.161,72	-6.095.161,36	-6.095.166,36
Resultado Líquido do Exercício	-5.602.529,84	-9.080.981,39	-14.155.434,23	-6.073.891,96	-6.073.891,60	-6.073.897,60
Resultado Operacional (EBITDA)	-363.717,02	-3.187.343,36	-9.696.762,50	4.838,28	4.838,64	4.835,64
Proveitos Operacionais Próprios (Extra-Contrato)	8,18%	7,56%	8,60%	9,15%	9,15%	9,15%

6.3. BALANÇO PREVISIONAL

Ativo

	AL - Activo Líquido 2015	AL - Activo Líquido 2016 (estimado)	AL - Activo Líquido 2016 (execução)	AL - Activo Líquido 2017	AL - Activo Líquido 2018	AL - Activo Líquido 2019
Imobilizado						
Bens de domínio público						
451 - Terrenos e recursos naturais						
452 - Edifícios						
453 - Outras construções e infra-estruturas						
455 - Bens do património hist., artíst. e cultural						
459 - Outros bens de domínio público						
445 - Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público						
446 - Adiantamento por Conta de Bens do Domínio Público						
Bens de domínio público						
Imobilizados Incorpóreos						
431 - Despesas de Instalação						
432 - Despesas de Investigação e Desenvolvimento						
443 - Imobilizações em Curso de Imobilizações Incorpóreas						
449 - Adiantamentos por Conta de Imobilizações						
Imobilizados Incorpóreos						
Imobilizações Corpóreas						
421 - Terrenos e Recursos Naturais	51.874,98	51.874,98	0,00	51.874,98	51.874,98	51.874,98
422 - Edifícios e Outras Construções	30.650.347,99	90.162.362,74	89.449.335,16	90.249.204,59	88.249.204,59	88.249.204,59
423 - Equipamento Básico	7.493.866,30	7.098.322,45	8.086.973,17	7.383.335,60	9.383.335,60	9.383.335,60
424 - Equipamento de Transporte	64.241,04	43.676,16	80.744,70	23.111,28	23.111,28	23.111,28
425 - Ferramentas e Utensílios	15.958,56	12.967,23	15.636,88	11.475,90	11.475,90	11.475,90
426 - Equipamento administrativo e Informático	850.435,38	1.322.348,03	1.186.893,19	3.972.549,68	3.872.549,68	3.872.549,68
427 - Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 - Outras Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	1.746,36	0,00	0,00	0,00
442 - Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas	57.064.826,92	0,00	375.224,10	0,00	0,00	0,00
448 - Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	96.191.551,17	98.691.551,59	99.196.553,56	101.691.552,03	101.591.552,03	101.591.552,03
Investimentos Financeiros						
411 - Partes de Capital						
412 - Obrigações e Títulos de Participação						
414 - Investimentos em Imóveis						
415 - Outras Aplicações Financeiras	968,38	60.000,00	68.426,10	120.000,00	180.000,00	180.000,00
441 - Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiros						
447 - Adiantamentos por Conta de Investimentos						
Investimentos Financeiros	968,38	60.000,00	68.426,10	120.000,00	180.000,00	180.000,00
Circulante						
Existências						
36 - Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	14.987.797,74	14.987.797,74	14.815.077,60	14.987.797,74	14.987.797,74	14.987.797,74
34 - Sub-produtos, Desperdícios, Resíduos e Refugo						
33 - Produtos Acabados e Intermedios						
32 - Mercadorias						
37 - Adiantamento por Conta de Compras						
Existências	14.987.797,74	14.987.797,74	14.815.077,60	14.987.797,74	14.987.797,74	14.987.797,74

	AL - Activo Líquido 2015	AL - Activo Líquido 2016 (estimado)	AL - Activo Líquido 2016 (execução)	AL - Activo Líquido 2017	AL - Activo Líquido 2018	AL - Activo Líquido 2019
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo						
Dívidas de Terceiros - Curto prazo						
28 - Empréstimos Concedidos						
211 - Clientes c/c	3.266.623,32	3.331.955,79	673.228,71	3.398.594,90	3.398.594,90	3.398.594,90
213 - Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
215 - Instituições do MS	27.137.418,74	27.557.234,61	27.415.605,90	28.994.206,61	28.994.206,61	28.994.206,61
218 - Clientes e Utentes de Cobrança Duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
251 - Devedores pela Execução do Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
229 - Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2619 - Adiantamentos a Fornecedores de Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24 - Estado e Outros Entes Públicos	420.000,00	411.600,00	420.000,00	403.368,00	403.368,00	403.368,00
263/3/4+267+268 - Outros devedores	6.597.599,21	7.059.431,15	8.041.324,42	7.149.085,93	7.149.085,93	7.149.085,93
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	37.421.641,27	38.360.221,55	36.550.159,03	39.945.255,44	39.945.255,44	39.945.255,44
Títulos Negociáveis						
151 - Acções						
152 - Obrigações e Títulos de Participação						
153 - Títulos da Dívida Pública						
159 - Outros Títulos						
18 - Outras Aplicações de Tesouraria						
Títulos Negociáveis						
Depósitos em Inst. Financ. e Caixa						
13 - Contas no Tesouro	0,00					
12 - Depósitos em Instituições Financeiras	2.491.363,64	549.644,87	2.324.900,12	534.639,56	534.639,56	534.639,56
11 - Caixa	5.305,60	5.417,02	4.547,64	5.530,77	5.530,77	5.530,77
Depósitos em Inst. Financ. e Caixa	2.496.669,24	555.061,89	2.329.447,76	540.170,33	540.170,33	540.170,33
Acréscimos e Diferimentos						
271 - Acréscimos de Projeitos	57.086.045,77	0,00	75.159.157,45	0,00	0,00	0,00
272 - Custos Diferidos	98.315,70	96.349,39	116.819,14	96.349,39	96.349,39	96.349,39
Acréscimos e Diferimentos	57.184.361,47	96.349,39	75.275.976,59	96.349,39	96.349,39	96.349,39
Total de Amortizações						
Total de Provisões						
TOTAL do ACTIVO	208.282.989,27	152.750.982,16	228.235.640,64	157.381.124,93	157.341.124,93	157.341.124,93

Passivo

	Fundos Próprios e Passivo 2015	Fundos Próprios e Passivo 2016 (Realizado)	Fundos Próprios e Passivo 2017	Fundos Próprios e Passivo 2018	Fundos Próprios e Passivo 2019
Fundos Próprios					
51 - Património	144.704.000,00	144.704.000,00	144.704.000,00	144.704.000,00	144.704.000,00
56 - Reservas de Reavaliação					
Sub-total	144.704.000,00		144.704.000,00	144.704.000,00	144.704.000,00
Reservas			3.799.956,88	3.799.956,88	3.799.956,88
571 - Reservas Legais					
572 - Reservas Estatutárias					
574 - Reservas Livres					
575 - Subsídios					
576 - Doações	3.799.956,88	3.918.762,55	3.799.956,88	3.799.956,88	3.799.956,88
577 - Reservas Decorrentes da Transferência de					
Sub-total	3.799.956,88		3.799.956,88	3.799.956,88	3.799.956,88
Resultados transitados	-141.611.101,44	-147.233.771,31	-158.031.305,19	-164.105.196,18	-164.105.196,18
Resultado Líquido do Exercício	-5.622.669,87	-14.175.640,16	-6.073.890,99	-6.073.890,99	-6.073.890,99
Fundo Patrimonial	1.270.185,57	-12.786.648,92	-15.601.239,30	-21.675.130,29	-21.675.130,29
Passivo					
Provisões			2.689.605,01	2.689.605,01	2.689.605,01
291 - Provisões para Cobranças Duvidosas		3.039.161,36	2.689.605,01	2.689.605,01	2.689.605,01
292 - Provisões para Riscos	2.689.605,01				
Provisões	2.689.605,01	3.039.161,36	2.689.605,01	2.689.605,01	2.689.605,01
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo					
Terceiros					
213 - Utentes c/c		0,00	0,00	0,00	0,00
219 - Adiantamentos de Clientes, Utentes e Instit.	65.165.519,83	81.382.511,68	0,00	0,00	0,00
221 - Fornecedores c/c	91.955.199,68	108.256.543,44	113.126.510,05	119.160.401,05	119.160.401,05
228 - Fornecedores - Facturas recep. e conf.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23 - Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
252 - Credores pela Execução do Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2611 - Fornecedores de imobilizado c/c	3.627.158,60	2.477.926,72	1.305.777,10	1.305.777,10	1.305.777,10
24 - Estado e Outros Entes Públicos	675.918,60	227.995,91	358.507,23	358.507,23	358.507,23
261/3/4 - Outros Credores	1.213.038,60	3.212.927,85	12.615.601,44	12.615.601,44	12.615.601,44
Terceiros	162.636.835,31	195.557.905,60	127.406.395,82	133.440.286,82	133.440.286,82
Acréscimos e Diferimentos					
273 - Acréscimos de Custos	17.205.272,58	18.890.920,73	17.205.272,58	17.205.272,58	17.205.272,58
274 - Proveitos Diferidos	24.481.090,83	23.534.301,87	25.681.090,83	25.681.090,83	25.681.090,83
Acréscimos e Diferimentos	41.686.363,41	42.425.222,60	42.886.363,41	42.886.363,41	42.886.363,41
Passivo	207.012.803,73		172.982.364,24	179.016.255,24	179.016.255,24
Fundos Próprios e Passivo	208.282.989,30	228.235.640,64	157.381.124,94	157.341.124,95	157.341.124,95

6.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

	Realizado 2016	Previsto 2017	Previsto 2018	Previsto 2019
Método Directo				
Fluxos de Actividades Operacionais				
Recebimentos (+):	307.542.225,88	266.267.142,28	266.529.841,99	266.529.841,99
Contrato-programa (produção)	234.065.599,53	242.127.127,04	242.127.127,04	242.127.127,04
Dividas de Terceiros (outras entidades)	49.386.816,64	9.729.618,97	9.992.318,68	9.992.318,68
Contrato-Programa (convergência/custos de contexto)				
Incentivos	21.677.972,52	12.134.298,63	12.134.298,63	12.134.298,63
Subsídios à Exploração	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas Moderadoras (R)	2.409.837,19	2.276.097,64	2.276.097,64	2.276.097,64
Outros (inclui outros operacionais e extraordinários)	2.000,00			
Pagamentos (-):	-297.976.681,92	-259.334.178,84	-260.029.842,00	-260.029.842,00
Fornecedores e outros c/c	-131.580.286,54	-128.242.097,26	-128.947.465,57	-128.947.465,57
Custos com Pessoal	-129.485.287,94	-131.451.531,58	-131.451.531,58	-131.451.531,58
Transf. Correntes conced. e Prest. Sociais				
Outros (inclui outros operac. e extraord.)	-36.911.107,44	359.450,00	369.155,15	369.155,15
Fluxos de Actividades Operacionais	9.565.543,96	6.932.963,44	6.499.999,99	6.499.999,99
Fluxos de Actividades de Investimento				
Recebimentos provenientes de (+):	0,00	2.052.145,00	0,00	0,00
Investimentos Financeiros				
Imobilizações Corpóreas				
Imobilizações Incorpóreas				
Subsídios ao Investimento		2.052.145,00	0,00	0,00
Juros e Proveitos Similares				
Dividendos				
Outros				
Pagamentos respeitantes a (-):	-9.732.765,44	-9.000.000,00	-6.500.000,00	-6.500.000,00
Investimentos Financeiros	-67.457,72			
Imobilizações Corpóreas	-9.665.307,72	-9.000.000,00	-6.500.000,00	-6.500.000,00
Imobilizações Incorpóreas				
Fluxos de Actividades de Investimento	-9.732.765,44	-6.947.855,00	-6.500.000,00	-6.500.000,00
Fluxos de Actividades de Financiamento				
Recebimentos provenientes de (+):	0,00			
Empréstimos Obtidos				
Aumentos de Capital e P. Suplementares				
Subsídios e Doações				
Vendas de Acções Próprias				
Cobertura de prejuízos				
Pagamentos respeitantes a (-):	0,00			
Empréstimos Obtidos				
Amortizações de Contratos de Leasing				
Juros e Custos Similares				
Dividendos				
Reduções de Capital e P. Suplementares				
Aquisição de Acções Próprias				
Fluxos de Actividades de Financiamento	0,00			
Variação de Caixa e seus equivalentes	-167.221,48	-14.891,56	-0,01	-0,01
Caixa no início do período	2.496.669,24	555.061,88	540.170,34	540.170,34
Caixa no fim do período	2.329.447,76	540.170,34	540.170,34	540.170,34

7. PRINCÍPIOS GERAIS DE ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO

Adoção de estratégias de maximização de receitas mercantis

O CHP apresentou e negociou com a tutela a proposta de produção vertida no Contrato-Programa. Por via dos mecanismos de contratualização interna, procedeu internamente à desagregação dos compromissos assumidos externamente pelos níveis de gestão intermédia (serviços). A monitorização e acompanhamento dos desvios face às metas acordadas pelos diferentes níveis de gestão permitirá maximizar os valores assumidos em Contrato-Programa.

De igual modo, o CHP acomodou uma percentagem de proveitos extra Contrato-Programa de cerca de 9% de modo a potenciar receitas provindas de outras entidades que não o SNS.

EDITDA positivo ou nulo

A instituição propõe em 2017 um EBITDA positivo cumprindo assim o estabelecido nas orientações da Tutela aquando da elaboração do Contrato-Programa. O esforço na contenção de custos, nomeadamente nas rubricas de consumos, permitirá prosseguir e dar continuidade a uma política de racionalização de custos que já vem sendo seguida. O Conselho de Administração negociou internamente com a generalidade dos serviços uma redução em 5% dos custos totais com requisição de MCDT e consumos de materiais, de modo a envolver e a sensibilizar toda a organização para a necessidade de redução dos custos de produção.

Redução de PMP e do volume de pagamentos em atraso (“arrears”)

PMP	2014	2015	Var. (%) 2015/2014	2016	2017	Var. (%) 2017/2016
Prazo	200	195	-2,50%	249	260	4,42%

Unid: €

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	30.604.450,16	1.286.343,25	17.331.774,91	1.107.570,87	0,00
Aq. de Capital	1.140.032,14	170.963,98	477.219,89	7.395,36	0,00
Total	31.744.482,30	1.457.307,23	17.808.994,80	1.114.966,23	0,00

O Conselho de Administração tem encetado todos os esforços no sentido de implementar uma política de não existência de pagamentos em atraso, em consonância com a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA).

Minimização da dívida bancária

Não aplicável.

Adoção de estratégias de redução do endividamento e encargos financeiros associados

Não aplicável.

A Instituição não prevê o recurso a endividamento bancário, durante o ano de 2017, nem a detenção de qualquer passivo remunerado.

Medidas adotadas no âmbito da gestão de recursos humanos, designadamente redução do nº trabalhadores e política salarial

A redução efetiva no número de profissionais (em -127 efetivos de 2012 até 2014) resulta de um apertado controlo das novas admissões, em cumprimento com as orientações da Tutela em matéria de efetivos e política Salarial. Todavia, os constrangimentos ao nível das Urgências, a que o despacho nº342-C/2015 de 13 de Janeiro veio colmatar embora com carácter excecional, não permitiram prosseguir a partir de 2015 com uma política de continuidade na redução de efetivos ao mesmo nível da verificada nos 3 anos anteriores. Efetivamente, em 2016, o número de efetivos voltou a níveis superiores ao verificado em 2012 (+76 efetivos: +1,9%) muito derivado ao crescimento de trabalhadores para dar seguimento às políticas/medidas de contingência na Urgência. As projeções efetuadas no orçamento para 2017 submetido na DGO, apontam para um crescimento de 107 efetivos face às projeções iniciais para 31/12/2016 sendo que como referido, na memória justificativa, teve em consideração os pedidos de contratação submetidos à tutela durante o ano de 2016, bem como as necessidades prementes da instituição de forma a assegurar os serviços adequadamente.

Acresce referir que o CHP, sendo um hospital escolar, tem regras próprias e responsabilidades acrescidas em matérias de recursos humanos e que não são aplicadas à maior parte do universo dos Hospitais, EPE sem este nível de diferenciação no ensino.

Princípios financeiros referência para 2017 – redução de gastos operacionais

Os gastos operacionais assentam nas projeções das Demonstrações Financeiras previsionais, anexas ao Contrato Programa assinado, em concordância com artigo nº 124, em particular com o nº 7, do Decreto-Lei nº 25/2017 de 03 de Março de 2017.

milhares €

PRC	Meta	2017 (previsão)	2016 Exec.	2015 Exec.	2014 Exec.	2010 Exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
							2017/2016		2016/2015		2017/2010	
(0) EBITDA	n.a.	4,8	-9.696,8	-363,7	7.157,4	-26.860,9	9.701,6	-100,0%	-9.333,0	2566,0%	26.865,7	-100,0%
(1) CMVMC	n.a.	110.806,0	119.224,8	113.194,8	104.505,6	91.449,1	-8.418,8	-7,1%	6.030,0	5,3%	19.356,9	21,2%
(2) FSE	n.a.	24.656,5	30.939,4	28.296,5	27.043,5	28.151,5	-6.282,9	-20,3%	2.642,9	9,3%	-3.495,0	-12,4%
(3) Gastos com Pessoal	n.a.	131.451,5	131.075,8	121.107,0	122.483,0	141.628,6	375,7	0,3%	9.968,8	8,2%	-10.177,0	-7,2%
(4) Indemnizações pagas por rescisão	n.a.	0,0	2,8	0,8	0,0	12,9	-2,8	-100,0%	2,0	268,4%	-12,9	-100,0%
(5) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)	n.a.	266.914,0	281.237,2	262.597,6	254.032,2	261.216,2	-14.323,2	-5,1%	18.639,6	7,1%	5.697,8	2,2%
(7) Volume de Negócios (VN)	n.a.						0,0	#DIV/0!	0,0	#DIV/0!	0,0	#DIV/0!
(8) Peso dos Gastos/VN (6)/(7)	n.a.						0,0	#DIV/0!	0,0	#DIV/0!	0,0	#DIV/0!
Gastos com Comunicações (FSE)	n.a.	456,9	456,9	457,1	545,6	540,9	0,0	0,0%	-0,2	0,0%	-84,0	-15,5%
Gastos com Deslocações/Estadas (FSE)	n.a.	37,4	37,4	53,4	36,4	26,8	0,0	0,0%	-16,0	-29,9%	10,6	39,6%
Gastos com Ajudas de Custo (Gastos com Pessoal)	n.a.	22,4	22,4	22,6	24,7	32,5	0,0	0,0%	-0,3	-1,1%	-10,1	-31,1%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	n.a.	4358	4256	4.192	4.037	4.274,0	102,0	2,4%	64,0	1,5%	84,0	2,0%
Número Órgãos Sociais (OS)	n.a.	5	5	5	5	5,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Nº Cargos de Direção (CD)	n.a.	20	20	20	17	17,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%	3,0	17,6%
Nº Trabalhadores/Sem OS e sem CD	n.a.	4333	4231	4.167	4.015	4.252,0	102,0	2,4%	64,0	1,5%	81,0	1,9%
Nº Trabalhadores/Nº CD	n.a.	216,65	211,55	208,4	236,2	250,1	5,1	2,4%	3,2	1,5%	-33,5	-13,4%
Nº de Viaturas	n.a.	20	20	20	21	n.a.	0,0	0,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Gastos com Viaturas	n.a.	76,3	76,3	85,1	87,1	n.a.	0,0	0,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

The top left of the page features several handwritten signatures in blue ink. Below these signatures is the logo of the Centro Hospitalar do Porto, which consists of a stylized orange cross above the text "centro hospitalar do Porto".

**8. PARECER DO ROC SOBRE OS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE
GESTÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO OE2017**

centro hospitalar
do Porto

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO | CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, EPE | 2017

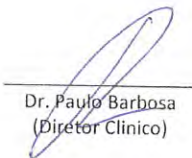
centro hospitalar
do Porto

Hospital de Santo António Maternidade Júlio Dinis Hospital Maria Pia

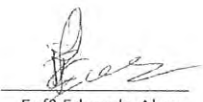
DECLARAÇÃO

O Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Porto, informa que aguarda a nomeação do Revisor Oficial de Contas, uma vez que o Dr. Sérgio Pontes renunciou ao cargo conforme comunicação que se anexa.

CHP, 18 de agosto de 2016



Dr. Paulo Barbosa
(Diretor Clínico)



Enfe Eduardo Alves
(Enfe Diretor)

PONTES BAPTISTA
ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
AUDIT TAX ADVISORY

Attest: *Attest: [Signature]*
14/4/2016

Exmo. Conselho de Administração
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.
Largo Professor Abel Salazar
Miragaia
4099 Porto

Assunto: Comunicação de Renúncia.

Exmos. Senhores,

Na sequência de prévia comunicação informal, informo que, por motivos de força maior, renunciámos ao cargo de Fiscal Único do Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.. Não poderia deixar de expressar o meu profundo agradecimento ao Conselho e aos diversos profissionais do Centro Hospitalar do Porto, E.P.E., entre o mais, pela postura cordial e sempre colaborante mantida ao longo destes anos. Informo que darei nota formal da renúncia, apresentando as respetivas declarações de renúncia, à DGTF.

Com os meus respeitosos cumprimentos,

27 de Junho de 2016

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por

Sérgio Pontes, ROG n.º 1.180

Anexo XII

Declaração de conformidade do Projeto de Orçamento

Programa - 13
Ministério - 12 Saúde
Designação Serviço: Centro Hospitalar do Porto, EPE
Código Serviço: 6520

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta do orçamento aprovada pela Tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo. Mais declaro que o Mapa OE – 12/Mapa OP – 01 foi submetido devidamente no SOE acompanhado dos seguintes documentos:	
• Memória Justificativa da proposta do orçamento do Serviço	☒
• Mapa de pessoal do serviço ou organismo aprovado pela Tutela	☒
• Atualização do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP)	☒
• Demonstrações financeiras previsionais *	☒
• Parecer do Fiscal Único **	☒
• Documento comprovativo do NIPC/NIF ***	☒
• Anexos Relativos a Despesas com o Pessoal (Anexos II, IIA e IIB)	☒
• Identificação de Medidas de Eficiência (Anexo XI)	☒
• Obtenção de acordo da DGTF (Anexo XVIII) ****	☐
O responsável máximo do serviço RUI MANUEL OLIVEIRA PEDROSO Assinado de forma digital por RUI MANUEL OLIVEIRA PEDROSO Dados: 2016.08.19 17:45:18 +01'00' Rui Pedroso Vogal do Conselho de Administração	

* Não aplicável aos Serviços Integrados.

** Não aplicável aos Serviços Integrados e EPR abrangidas pelo regime simplificado.

*** Aplicável às entidades que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em 2017 e às entidades cujo NIPC/NIF tenha sofrido alteração em 2016.

**** Aplicável às Entidades referidas no Anexo XVIII.